



# DE FRENTE PARA A FLORESTA

SÉRGIO ADEODATO

1ª Edição Manaus 2022

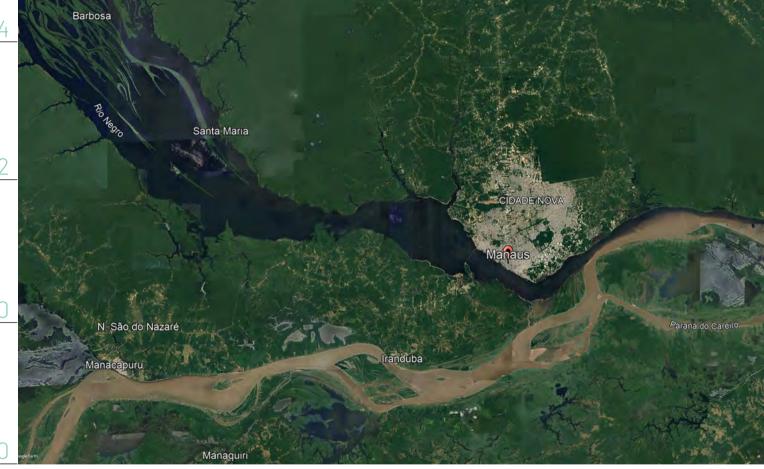
# **SUMÁRIO**

MARCAS DO QUE SE FOI SONHOS QUE FICARAM 14

AMAZÔNIA COSMOPOLITA PARADOXO SOCIAL

MATAS DE CÁ FLORESTAS DE LÁ

BARULHO COLETIVO
VOZES RESISTENTES 110



# **APRESENTAÇÃO**

A minha história de relação com Manaus, que culmina na realização deste livro-reportagem, começa com meu pai – um engenheiro civil baiano amante das origens talhadas no acarajé, um apaixonado pelos desafios em novas fronteiras que deu o seu mesmo nome ao primeiro filho. No rastro dele, há 50 anos, chegamos à Amazônia. Tomei conhecimento sobre a aventura no dia em que foi ao meu quarto, abriu o atlas com um grande mapa do Brasil e apontou para um lugar bem no extremo, onde iríamos morar: o Acre. A missão foi construir uma nova ponte na capital, Rio Branco. Pelas asas da antiga viação Cruzeiro do Sul, Manaus era uma parada obrigatória – e lá ficamos por uma semana, naquele mundo cheio de novidades para um adolescente carioca de Copacabana.

Era dezembro de 1973, véspera de Natal, auge da febre comercial da Zona Franca de Manaus. Devido à isenção de impostos, as maravilhas dos produtos importados, à época jamais encontrados nas demais cidades brasileiras, encantavam. E me deixavam intrigado, pois toda aquela pechincha ocorria na lonjura da floresta. Nada parecia com as cenas de jacarés e indígenas nas ruas, como os rótulos do que aprendia na escola me faziam imaginar. Era um frenético vaivém de pessoas com sacolas, lojas superlotadas, hotéis bombando. Camisas Lacoste, biscoitos dinamarqueses, brinquedos com controle remoto – e rádio de pilha com antena de ondas curtas para ouvir jogos de futebol, pois na capital acreana, nosso destino final, a televisão ao vivo só chegaria dois anos depois.

Mal sabia que aquela experiência incomum se tornaria prelúdio do que viria uma década mais tarde, já como jornalista dedicado aos temas da ciência e meio ambiente. Desde o início dos anos 1990, a cada voo de chegada ou partida para reportagens na região, um suspiro. Do alto, a visão de Manaus no meio da imensa

floresta, desconhecida e mágica, tamanha a diversidade de povos, culturas, fauna e flora. Em terra firme, após a aterrissagem, descortinava-se uma metrópole sui generis, com um certo blasé cosmopolita e uma economia que pulsava no esteio da Zona Franca, em cenário no qual a floresta por todos os lados se resumia a um mínimo detalhe. No comércio dos importados, antes da derrocada após a abertura geral do País às importações no governo Collor, já eram moda o vídeo cassete de quatro cabeças e as famosas camisas de seda estampadas, as "camisas de Bali". Mais indústrias multinacionais, em especial coreanas e japonesas, se instalavam na capital; mais gente migrava para lá em busca de oportunidades. E mais sotaques se misturavam na cidade.

Lembro que, nos hotéis do Distrito Industrial, chamava atenção o café da manhã com o exótico menu oriental junto à regionalíssima tapioca e o x-caboquinho, o tradicional sanduíche com tucumã, banana e queijo. Na década de 1990, ocorriam importantes congressos científicos internacionais sobre a Amazônia, no Hotel Tropical – quando, em Manaus, as conexões interurbanas por telefone faziam eco e as reportagens precisavam ser precariamente transmitidas por fax para sair nos jornais de São Paulo e Rio de Janeiro, no dia seguinte. Além disso, a interrupção de energia elétrica era frequente, porém outra realidade mais intrigava: a distância cultural entre a grande cidade e a natureza. À exceção dos cardápios com peixes amazônicos e do famoso Encontro das Águas, entre os rios Negro e Solimões, o ecoturismo, quando muito, era reduto de gringos. Para a maioria dos visitantes, os atrativos estavam no que Manaus tinha de moderno e tecnológico, em "nome do progresso".

A fala recorrente de que Manaus vive de costas para a floresta e para o rio me fazia refletir. Ao mesmo tempo, nas ruas e avenidas, a capital amazonense não escondia o passado rico da borracha, uma história que se foi, traduzida mais tarde na economia industrial, sustentada até hoje. Exageros à parte, é como uma "pauliceia desvairada amazônica", cheia de contrastes e paradoxos, mas inspiradora – que nos perdoe Mário de Andrade, autor do marco literário publicado em 1922, na Semana de Arte Moderna, que agora celebra o centenário. Manaus é uma metrópole latino-americana que não esconde os desafios da desigualdade social e a importância para a Amazônia e todo o planeta. A modernidade busca inovação. A complexidade interliga redes. A diversidade multiplica sonhos, expectativas, histórias de vida.

E histórias para contar são o maior patrimônio de um jornalista. Em mais de trinta anos na produção de reportagens e livros, foram muitas vivências na metrópole manauara e, a partir dela, no Amazonas – o estado brasileiro com maior área florestal, em destaque na realidade das várias Amazônias e suas diversas paisagens, saberes e fazeres. Do flagrante às ameaças ao peixe-boi no longínquo lago Piorini, em Badajós (AM), aos atributos da "capital brasileira das cachoeiras" – a cidade de Presidente Figueiredo (AM) e arredores, com suas mais de 100 quedas d'água –,

as andanças neste grande território verde renderam conteúdos jornalísticos que tiveram a capital como hub de informação e logística.

Mas foi no Médio-Juruá, na região de Carauari (AM), onde encontrei a força de uma juventude guerreira que herdou a tradição das lutas sociais do tempo dos seringueiros para agora instaurar uma nova lógica voltada à qualidade de vida na floresta. E isso depende de como Manaus – centro da economia e do poder – olha além dos próprios muros. De igual forma, a influência da metrópole está direta ou indiretamente associada a temas de reportagens, como a Festa do Boi, em Parintins (AM), ou a cultura do bem-viver dos índios Baniwa, no isolamento do Rio Içana, nove horas de lancha depois de São Gabriel da Cachoeira (AM), onde o mapa do Brasil tem o formato de uma cabeça de cachorro.

São trabalhos jornalísticos que exigem pé no chão, contato com as realidades locais, e muitos tiveram apoio de instituições e parceiros, como Carlos Koury e Mariano Cenamo, do Idesam, e Virgilio Viana, da Fundação Amazônia Sustentável, junto ao qual tive oportunidade de imergir na floresta profunda e seus povos para produzir o livro Retratos Culturais do Arco e Flecha no Amazonas.

Enfim, nos céus de Manaus com nuvens pretas de tempestade atravessei a mais ameaçadora turbulência até hoje em voos de Norte a Sul do País. Mas também partiu de lá, na aproximação da aeronave para aterrissagem na capital, a ansiedade criativa de descer em terra para a colheita de mais histórias, como no livro-reportagem *Madeira de Ponta a Ponta*, no qual destrinchamos a cadeia das árvores desde a floresta até o consumo na construção civil e outros setores. Ou, então, no desafio de entender a peculiar realidade da reciclagem de resíduos na Amazônia, com entrevistas junto a catadores de recicláveis na capital e na floresta.

#### NO ESTEIO DA BIOECONOMIA E DA PANDEMIA

Mais recentemente, Manaus – como toda a Amazônia – demandou especial atenção da mídia diante do cenário político-econômico, marcado pelo negacionismo e pelas fake news, o que me levou como jornalista e cidadão a estar localmente mais próximo das questões ambientais e sociais, a alma da região. Junto a esse propósito, em 2019, no despontar do debate sobre a bioeconomia, fui estimulado a criar uma base de trabalho e residência na capital amazonense, no intuito de contribuir jornalisticamente para o diálogo coletivo e a busca de soluções em conjunto com atores locais.

A aprovação do livro *Manaus de Frente para a Floresta* para apoio cultural pela Manauscult representou o impulso que faltava. E foi além. Graças às parcerias com Idesam, FAS, Uma Concertação pela Amazônia, Instituto Arapyaú e Coca-Cola Brasil, o que começou como uma publicação se transformou em um projeto, uma plataforma para o debate da relação entre a maior metrópole da Amazônia e a flo-

resta. Em paralelo à produção do livro, ocorreram lives sobre o papel das cidades na bioeconomia, exposições fotográficas e ação social no Monte das Oliveiras, bairro de baixa renda de Manaus. Na área, o trabalho reuniu jovens para produção de podcast, com entrega de equipamentos como legado à comunidade, sob a batuta do empreendedor social Rojefferson Moraes e do jornalista e professor Maickson Serrão.

Com a pandemia, que jogou luz à face oculta das desigualdades, o propósito do livro ganhou ainda maior envergadura. As imagens dramáticas de falta de oxigênio e sepultamentos em Manaus chocavam. Àquela altura, a capital da floresta se tornava também epicentro, polo irradiador da covid-19. Após o registro da primeira morte pela doença na cidade, dia 13 de março de 2020, centramos esforços de reportagem para somar informação de qualidade, estímulo ao engajamento social e sensibilização sobre o que acontecia na cidade. A produção do livro estava a pleno vapor com as pesquisas iniciais quando a nova realidade impôs reflexões para ampliar ainda mais o escopo temático do projeto, uma vez que surgia um elemento de grande importância nessa relação metrópole-floresta. Como esse olhar poderia contribuir para o enfrentamento dos impactos da pandemia, inclusive de futuras, e para a retomada da autoestima manauara após tanto sofrimento e incertezas?

Diante da gravidade, as cenas que circularam o mundo e marcaram a imagem de Manaus e da Amazônia na pandemia não poderiam ser simplesmente esquecidas, sem lições para uma nova lógica. Cuidar da floresta e suas águas exige mergulhar no nosso íntimo como ser humano e na relação com os territórios, sob o aspecto também social. Dessa forma, à luz da crise sanitária, novas cores e ingredientes foram integrados ao trabalho neste livro, sob a inspiração de movimentos como o do grupo Solidariedade Manaus, criado no WhatsApp por jovens como Alan Delon Linhares e parceiros. A iniciativa mostrava a força da sociedade civil frente às lacunas do poder público, tema de reportagens de nossa autoria em parceria com as jornalistas Amália Safatle, na revista *Página22*, e Celia Rosemblum, no *Valor Econômico*.

Esses e outros holofotes vindos de movimentos solidários e autênticos durante a pandemia iluminaram a continuidade do nosso projeto cultural quando a necessidade do distanciamento social permitiu. Nunca como agora o componente social ocupa o debate da agenda de sustentabilidade, com influência no capital privado e nas pressões para novos rumos de políticas públicas e empresariais. O cenário está intimamente associado aos desafios de Manaus e o contexto da mudança climática que coloca a Amazônia no centro global e dá tons mais fortes à relação urbana com a floresta.

Neste livro, revisitamos e revivemos reportagens feitas na região ao longo das décadas, como bagagem de conhecimento que credencia ao debate sobre a

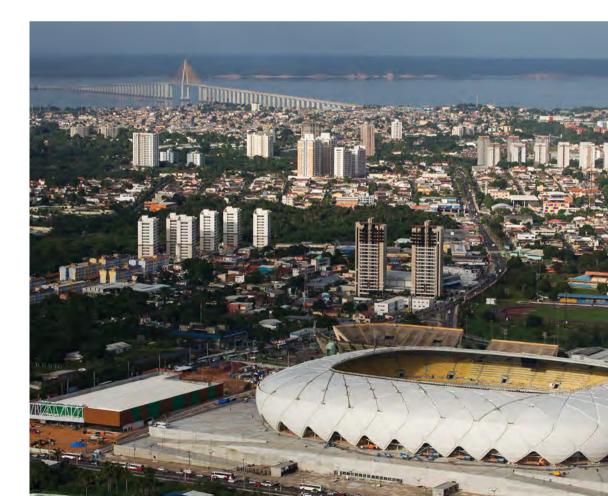
realidade amazônica. Construímos editorialmente as narrativas com ênfase em dar vozes aos atores locais, masculinas e femininas, jovens e antigas, tanto amazônidas como de forasteiros radicados em Manaus e especialistas de outras regiões com estudos nos diferentes temas abordados. Foram mais de 60 entrevistas, realizadas à distância e em visitas de campo, além de ampla leitura e pesquisa de dados, na perspectiva do chamado "jornalismo de soluções" e de uma comunicação construtiva – conceituada e defendida pelo jornalista e escritor Edvaldo Pereira Lima, fonte de inspiração para a abordagem sistêmica e multissetorial adotada neste livro.

No capítulo 1, partimos das contribuições ancestrais das antigas populações amazônicas pré-coloniais que deram origem a Manaus, e evoluímos no capítulo 2 com a história dos ciclos econômicos da borracha e Zona Franca até os dias de hoje, face aos movimentos no sentido de adequar a economia e fazer diferente diante dos desafios socioambientais e econômicos. Nesse cenário, buscamos falas sobre a relação da capital amazonense com a natureza em diferentes campos, como na música, gastronomia, artes plásticas e arquitetura. Posteriormente, no capítulo 3, mergulhamos na dimensão e presença da floresta na metrópole e nas histórias de vida de quem migrou do interior ou permaneceu lá. Por fim, o capítulo 4 se dedica aos desafios das desigualdades sociais e ao papel dos coletivos urbanos, marcado pela ação de jovens manauaras conectados em rede, na busca por propósitos e caminhos que façam sentido no atual cenário do mundo, do Brasil e da Amazônia.

Não pretendemos nesta obra impor análises, ideias ou pontos de vista como alguém de fora que se julga dono do saber. O objetivo é sensibilizar, promover o diálogo, empoderar os atores locais. Certamente, leitores apontarão falhas ou lacunas, ou identificarão fontes e personalidades ausentes que não poderiam estar fora desse acervo de depoimentos. Desde já, proponho uma continuidade e ampliação do projeto se assim o público e as instituições parceiras – de maneira orgânica e natural – identificarem o que já foi feito como oportunidade de evoluir.

O atual livro é um passo a mais nesta trajetória, sob a chancela de uma história familiar e profissional de conexão com Manaus e a Amazônia. Foram muitos jaraquis, muitas picadas de pium, muitas boas surpresas no contato com a realidade indígena, ribeirinha ou urbana e seus povos. Não me considero um desses especialistas em Amazônia que falam de longe, trancados em salas com ar condicionado. Ou aqueles que, na relação mais próxima com a região, passam sobre ela em voo de cruzeiro para Miami. Como jornalista, o conceito de "observador participante" exige interagir com os locais – e o resultado disso está nas páginas a seguir, fartamente enriquecidas pelas imagens produzidas pelos repórteres fotográficos Bruno Kelly e André Pessoa, que não hesitaram pisar nas realidades de Manaus, seja na lama ou no asfalto, em busca de cenas que marcam o convívio da metrópole com a floresta.

Uma 'pauliceia desvairada' amazônica, cheia de contrastes e paradoxos, mas inspiradora





Na escola, professores falam que a História do Brasil começa na Primeira Missa, mas muito antes disso. perto de 14 mil anos atrás, o território amazônico já tinha povos originários, no modelo de sociedades complexas que conviviam em equilíbrio com a floresta e as águas. Manaus e entorno evidenciam a riqueza dessa relação milenar, marcada por práticas como o manejo e a domesticação de espécies da biodiversidade no passado. Nas "terras pretas", o solo de alta fertilidade é resultado da ação humana. Temos um grande patrimônio deixado por nossos ancestrais como uma grande poupança de recursos naturais para o futuro, e não sabemos o que fazer com ela

Carlos Augusto da Silva, arqueólogo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam)



# MARCAS DO QUE SE FOI SONHOS QUE FICARAM

A herança dos povos antigos e as lições rumo a um novo paradigma para Manaus na relação com a floresta, sob os olhares globais centrados na Amazônia

Quem caminha pelas ruas do bairro do Japiim, Zona Sul de Manaus, vê sob os pés vestígios de vasos de cerâmica e urnas funerárias de milhares de anos que afloram à superfície. Uma parte da história pré-colonial sobre a formação da maior metrópole da Amazônia está ali, descuidada. Ônibus do transporte urbano passam por cima, sem qualquer proteção – um legado não valorizado até pela escola pública local, vizinha a palmeiras relictuais, como o tucumã e o inajá. Dos 16 pontos com achados arqueológicos na área, em cinco as ruínas podem ser vistas no barro do chão. São sinais de uma vida produtiva, inacreditavelmente planejada e resiliente em meio às condições impostas pelo ambiente selvagem no passado. Lições para o convívio com a floresta e as águas no presente?

"Sepultamentos e utensílios das sociedades primitivas estão aqui e acolá, ao redor das atuais moradias desse e de outros bairros da cidade", aponta Carlos Augusto da Silva, mais conhecido como Tijolo, arqueólogo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Em meio ao conglomerado urbano, o local foi palco de dois momentos da trajetória cultural ao longo dos milênios: primeiro, a indústria lítica, na construção de ferramentas de trabalho; depois, cultivos e plantações, com uma indústria cerâmica para atendimento à demanda social do cotidiano há 6 mil anos vasos, potes e urnas, usadas e depois enterradas, algumas com até 1 metro de altura. "Na produção dos objetos, utilizavam-se cinzas de cascas de madeira, o 'plástico' da época, para tornar as peças mais leves e duráveis", compara o pesquisador.

Além do bairro do Japiim, a Praça Dom Pedro II, a Praça da Saudade e o Reservatório do Mocó, entre outros pontos da capital, guardam relíquias arqueológicas. Ele lembra que o antigo prédio do Paço da Liberdade, atual Museu da Cidade, teve

a estrutura de vigas construída séculos atrás sobre esses vestígios, hoje – após obras de reforma – expostos aos visitantes. No município, foram mapeados 42 sítios arqueológicos, todos impactados pela expansão urbana. Trata-se de um patrimônio que começou a aflorar na década de 1990: "Só agora é desvendado e, por isso, não há um sentimento de valorização", avalia o pesquisador.

Os estudos revelam a lógica produtiva das populações primitivas, baseada na premissa de que "se utilizamos, precisamos cultivar". Atualmente, pesquisas realizadas por Tijolo em sítios arqueológicos da Ilha de Terra Nova - área alagável na confluência do Rio Negro com o Solimões, território da Região Metropolitana de Manaus - buscam um novo olhar sobre o uso de recursos naturais. O objetivo é transmitir conhecimento às atuais comunidades diante das demandas locais da agricultura familiar e criação de animais: "Se as antigas populações só utilizassem fogo para fazer roças, a região já estaria como um deserto", afirma o pesquisador no afã de achar respostas para reconstruir a vida e entender a dinâmica entre os primeiros habitantes de Manaus e o meio ambiente.

A atual pesquisa decorre de importantes revelações obtidas na última década sobre as antigas ocupações humanas e seus sistemas produtivos naquela parte da Amazônia. "É uma grande ferramenta para o presente e o futuro da bioeconomia", observa Tijolo, integrante da equipe coordenada pelo pesquisador Eduardo Neves, da Universidade de São Paulo (USP), responsável pelo resgate arqueológico na obra do gasoduto Coari-Manaus, entre 1995 e 2010. Na área atualmente ocupada pelo município de Iranduba, na Região Metropolitana, há mais de 100 sítios arqueológicos, herança de uma ocupação humana provavelmente densa, entre os anos 700 d.C. e 1.200 d.C.

#### INTELIGÊNCIA ANCESTRAL

Havia gente morando ali há pelo menos 8,5 mil anos. Os conglomerados localizavam-se em torno das terras pretas, altamente férteis, formadas artificialmente pela ação humana: aterros, manejo de restos orgânicos e carvão decomposto, por exemplo - em equilíbrio com solos estáveis e clima quente e úmido favorável à agricultura. Os arqueólogos descobriram várias plantas já cultivadas em tempos remotos, como mandioca (10 mil anos) e castanha-do-Brasil (11 mil anos), manejados com critérios ambientais e produtivos, com a seleção de espécies da biodiversidade e domesticação de plantas.

"Até hoje, apesar do esforço científico, ninguém conseguiu reproduzir as terras pretas como na lógica indígena, base das estratégias econômicas dos povos do passado, centradas na diversificação e em técnicas que aumentavam o potencial produtivo, uma inteligência que não chegou aos dias de hoje", explica Neves. Além dos cultivos manejados para alimentação, vestígios de pescados, como o jaraqui e

o tambaqui, além de tartarugas e jacarés, datados de 2 mil anos, retratam a dieta dessas populações. São hábitos que perduraram por milênios em processo de continuidade cultural até a adaptação a novas formas de comportamento e consumo, principalmente devido à industrialização e expansão urbana, em meados do século XX.

De acordo com Neves, diferentes níveis de sociedade ocuparam a região antes da chegada dos europeus. Na margem direita do Rio Negro, por exemplo, nas proximidades do atual município de Manaus, existiam aldeias integradas por redes de troca e comércio, com grandes malocas ao alto e casas ao redor, em área que poderia chegar a 90 campos de futebol. Posteriormente, com o desenvolvimento de maior mobilidade, os antigos habitantes passaram a viver em aldeias menores, com a construção de instrumentos de defesa e maior número de conflitos e guerras.

Foi um processo dinâmico de ocupação. Dessa forma, os estudos têm contribuído para recontar a história da Amazônia – e, por tabela, do ambiente que originou a sua maior cidade. Tratava-se de uma Amazônia povoada, diferente da visão de uma floresta vazia e intocada, a ser ocupada e explorada. Um cenário distinto de bordões como "inferno verde" ou "ilusão do paraíso", presentes em relatos dos primeiros viajantes.

Havia cerca de 10 milhões de indígenas na Amazônia em 1.500 d.C., e cerca de 90% dessa população pereceu nos primeiros séculos da colonização europeia, basicamente pelo massacre de doenças e escravidão, segundo relato de Neves em webinar organizado por Uma Concertação pela Amazônia, objeto de reportagem na *Página22*. "Quando os primeiros cientistas europeus viajaram pela Amazônia no século XVIII – portanto, dois séculos depois dos primeiros contatos –, já encontraram extensas áreas esvaziadas de gente e cobertas por matas."

Neves reforça que Manaus está em cima de um patrimônio arqueológico, destruído pelo crescimento da cidade e seus problemas, com os quais o pesquisador conviveu no longo trabalho da obra do gasoduto, em que, como resultado, ajudou a montar laboratórios de Arqueologia na Ufam. "É preciso uma nova relação com a floresta e as águas, fazendo as pazes com os igarapés, para uma melhor qualidade de vida. Não faz sentido Manaus estar ao lado dos maiores rios do mundo e não ter água para abastecer a periferia", aponta. Ao banhar a cidade, o Rio Negro – para além da orla da Ponta Negra como reduto de edifícios, shopping e restaurantes de alto padrão – "tem o desafio de ser visto de maneira mais ampla com o olhar da saúde pública, da beleza cênica e do bem-estar".

Diante das revelações até o momento, o atual projeto de Neves é fazer uma ampla varredura por imagens com tecnologia capaz de enxergar abaixo das arvores e encontrar mais sítios arqueológicos de forma que possam ser registrados e protegidos em áreas de risco de desmatamento. "Manaus é centro de um movimento



Os povos antigos tinham uma relação com a floresta de usar sem destruir, diferente do que temos visto nos últimos 40 anos

Eduardo Neves, pesquisador do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP)

| 16 |

científico para fazer a Amazonia valer mais, não exclusivamente pela natureza, mas pela ocupação humana", destaca Filippo Stampanoni, arqueólogo do Museu da Amazônia (Musa), integrante do projeto colaborativo entre instituições.

O objetivo é sustentar novos argumentos para mecanismos de proteção legal e viabilizar a floresta em pé, mostrando a sua relação com a espécie humana ao longo do tempo. "São necessárias perguntas incômodas para não alimentar o mantra da floresta com onças e araras", diz o pesquisador. Em um dos galpões do museu, à frente das ossadas de crocodilos de 5 a 10 milhões de anos, período anterior à formação da própria Floresta Amazônica, o arqueólogo reforça a importância de estudos multidisciplinares para desvendar o passado.

#### DO FORTE À CIDADE NA FLORESTA

Em resumo, o cenário atual provém de uma história marcada, há milhares de anos, pela existência de populações mais numerosas do que se imaginava e por práticas produtivas de convívio com a floresta, conforme sugerem os grandes cemitérios de urnas funerárias e os demais vestígios arqueológicos. Foram povoações que, na dinâmica dos padrões culturais ao longo do tempo, integraram o ambiente originário da fundação de Manaus, no rastro da colonização portuguesa iniciada na Amazônia, no século XVII, com a criação inicial de fortes e missões religiosas para posterior constituição de vilas e cidades.

Queremos entender com mais cuidado a floresta como história da evolução, para além da regulação do clima

Filippo Stampanoni, arqueólogo do Museu da Amazônia (Musa)

As vilas serviam de sede, tanto para a representação do poder da coroa portuguesa como do poder espiritual, além dos interesses econômicos em torno da Amazônia. No século XVIII, com a política do Marques de Pombal (1750-1777), elas tinham a função geoestratégica de ocupar e conquistar a Amazônia, quando a fronteira dos domínios da Espanha e Portugal ainda não havia sido estabelecida por tratados – escrevem os autores José Aldemir de Oliveira e Tatiana Schor, no capítulo "Manaus: Transformações e Permanências, do Forte à Metrópole Regional" do livro *Cidades na Floresta*, organizado por Edna Castro.

Nesse processo, primeiro veio a criação, em 1669, da Fortaleza Barra de São José do Rio Negro, desativada um século depois, após a consolidação do domínio português na Amazônia. Ao redor do forte, formou-se um aldeamento às margens dos cursos d'água, com pontes rudimentares de madeira, sem qualquer planejamento. Em 1833, o lugar foi elevado à condição de vila com a denominação de Manaós — "mãe dos deuses", nome do grupo indígena que habitava a região do Rio Negro antes da colonização —, passando por fim a chamar-se Manaus, em 1856.

A cidade tornou-se capital com a elevação do Amazonas à categoria de província, em meados do século XIX, e já se apresentava como núcleo urbano primaz na região, diante de acontecimentos do processo de reorganização econômica e política do sistema colonial: a introdução do transporte fluvial a vapor com exclusividade para a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, dirigida



pelo Barão de Mauá, e a abertura do Rio Amazonas à navegação estrangeira. Como dizem Oliveira e Schor, o cenário se somou à grande demanda internacional pela borracha, que culmina no boom econômico pela exploração extensiva dos seringais nativos, dando novas feições urbanas a Manaus - mais ligada ao mercado externo do que ao nacional.

Destacava-se uma economia exploratória baseada em matérias-primas tropicais da floresta, fruto do conhecimento que veio das populações indígenas originárias no período pré-colonial e que, naquele momento, na transição do século XIX para o XX, tomava impulso sob a égide do capitalismo industrial que avançava no mundo. No primeiro ciclo econômico da extração do látex para produção de borracha, entre 1879 e 1912, ocorreu a chegada de grande contingente de nordestinos, principalmente do Ceará, que trocaram a seca e a fome pelos perigos da selva e pelo trabalho em condições precárias, análogas à escravidão. O "ouro branco" dos seringais representava, em média, 28% do valor de todas as exportações brasileiras, atrás apenas do café.

Em 1910, Manaus reunia 5,3% da população brasileira. Após a derrocada por conta da competição com a borracha produzida por colônias inglesas no Sudeste Asiático, o apogeu foi retomado em 1942 pelas demandas americanas de importação no contexto da II Guerra Mundial, até 1945. Na época, a Amazônia, e principalmente a região de Manaus, recebeu uma nova leva de migrantes nordestinos, os "soldados da borracha", alistados compulsoriamente por Getúlio Vargas para trabalhar nos seringais - e por lá ficaram ao deus-dará, escravizados por dívidas com os "coronéis". Novamente, a cidade experimentou a sensação de riqueza e de pujança até o fim da guerra: como o fomento ao segundo ciclo da borracha ocorreu apenas pelo interesse externo dos Estados Unidos, não houve um plano para o desenvolvimento da região. E com a reorganização das economias globais, além do advento da borracha sintética, a demanda pelo extrativismo nos seringais amazônicos voltou a cessar.

#### BELLE ÉPOQUE NO CALOR DA FLORESTA

A economia da borracha deixou um legado de profundas marcas na capital do Amazonas. No auge do primeiro ciclo, no fim do século XIX, a cidade vivenciou um expressivo processo de modernização e expansão de infraestrutura e serviços urbanos junto a várias contradições. Eram tempos de reformas urbanísticas, como em outras grandes cidades brasileiras, em nome da "higienização". A "capital da borracha" concentrava poder e recursos além do suficiente para caprichos em meio à floresta, com características peculiaridades. Predominava uma espécie de "lei da selva" no contexto exploratório de uma riqueza que provinha da seiva da Hevea brasiliensis e do sangue dos serinqueiros, subjugados pelos patrões em

ambiente inóspito e desconhecido, segundo destacam Oliveira e Schor. Por trás dessa cortina, associada à exploração de produtos naturais para benefício de poucos, despontava uma cena urbana e cultural de vanguarda, como uma cidade "sem problemas, desejada, imaginada e, em alguns casos, vivida pela elite extrativista".

Era a "Cidade do Fausto", a "Paris dos Trópicos" – das avenidas, dos cafés, dos hotéis, dos teatros, dos palacetes. Um urbanismo artificial, que se impunha pela abertura de ruas, construção de pontes e aterros de igarapés, entre outras "soluções de problemas de uma cidade marcada por profundas desigualdades sociais". Sem raízes locais, escrevem Oliveira e Schor, a capital representava um lugar imaginário, onde só a elite tinha face, cultural e socialmente inspirada nas relações da borracha com o exterior.

Na Manaus da Belle Époque, não se economizou no planejamento urbano da zona central da cidade, com quadras e praças arborizadas, como uma pretendida cópia do famoso Plano de Haussmann para Paris (1853-1882), que previa abertura de grandes avenidas, a demolição de 19.730 prédios históricos e a construção de 34 mil novos, em estilo neoclássico, na capital francesa. Proporções à parte, Manaus avançou no plano de embelezamento, retratado por inovações também inglesas,



Largo São Sebastião: a riqueza da borracha trouxe estilos europeus de arquitetura

como a construção do porto. No processo de maquiagem, o Código de Postura da época impedia construir casas de madeira cobertas por palha na área central, empurrando os mais pobres para a periferia e aumentando o hiato entre as dimensões da riqueza econômica e as condições de bem-estar da maioria da população.

Em várias partes do mundo, e não diferente no Brasil, a imitação dos estilos importados é uma marca do processo colonizador baseado na destruição da natureza e da cultura local. A ladainha se repetiu em Manaus? Em qual medida? Como influenciou historicamente a relação da cidade com a grande floresta ao seu redor?

#### TEATRO AMAZONAS, AGORA SÍMBOLO DA ECONOMIA CRIATIVA

"Manaus é uma capital cosmopolita, sem cultura própria, sempre aberta para o que vem de fora, em detrimento dos valores locais, desde o tempo dos seringais até o atual perfil industrial", afirma Joaquim Melo, sentado em meio a pilhas de livros, revistas e cartões-postais no estabelecimento considerado quase um patrimônio cultural da cidade. A tradicional banca de jornal situada no Largo São Sebastião, ao lado do Teatro Amazonas, ícone maior do apogeu cultural no ciclo econômico da borracha, guarda raridades sobre a região. É ponto de encontro de intelectuais, turistas e transeuntes em busca de lançamentos, registros do passado ou uma boa conversa a respeito das lições da história para o futuro.

O livreiro, economista com mestrado em História da Amazônia, levou para a banca uma parte nobre de sua biblioteca particular. No total, são 3 mil títulos à venda, entre os quais obras raras, como o livro de autoria de Barbosa Rodrigues, naturalista final do século XIX, editado em Bruxelas, em 1903. "De um lado, a cidade não dá importância aos indígenas; de outro, abre as portas aos forasteiros que chegam para as indústrias", ressalta. Habituado a apreciar o Rio Negro da janela do apartamento, ao contrário de muitos que viram as costas, Machado vê paradoxos: "Quem gosta de Amazônia são os gringos e quem mora na cidade não está tão ligado à floresta como em Belém, no Pará, que tem raízes culturais mais profundas. Por aqui, sempre ouvimos que Manaus é a terra do que já teve e não tem mais".

Ele resume que o atual momento é resultado de uma complexa trajetória histórica envolvendo colonizadores, catequizadores e fluxos migratórios – e há marcos que retratam como tudo isso se relaciona com a floresta. Um dos mais simbólicos está na imponência do monumento à sua frente. Inaugurado em 1896 pelas riquezas extraídas do látex nos seringais, o Teatro Amazonas fechou as portas após a decadência econômica e só foi reaberto em 1997, mantendo-se hoje vivo e ativo, com uso público o ano inteiro, destaque no centro histórico bem cuidado e bastante acessado pelos manauaras na memória de um passado como capital estratégica ao País.

O legado atualmente representa o potencial da chamada "economia criativa"



frente ao desafio de diversificação econômica, com influência na maior valorização da indústria cultural ligada à relação com a floresta. "O teatro movimenta toda uma cadeia de serviços associados aos espetáculos, além de atrair negócios na área de entorno, como uma verdadeira fábrica de empregos", ressalta Flávia Furtado, diretora executiva do Festival Amazonas de Ópera, que em 2022 chega à 24ª edição. Desde a primeira, há 25 anos, escreve uma história de evolução, com a criação de orquestra e depois coral até alcançar os atuais sete corpos artísticos. Além de viabilizar mais lojas de instrumentos musicais na cidade, o teatro de ópera mobilizou a formação de milhares de alunos no Museu de Arte e Ofício Claudio Santoro para trabalho na central técnica de produção e construção de cenários e figurinos, por exemplo. Não à toa, Manaus é hoje a terceira cidade de maior demanda cenográfica do País, e há boas perspectivas na indústria do audiovisual como fruto das inovações digitais.

"Temos um parque industrial e cultural instalado na cidade, o que valorizou o núcleo urbano no entorno do teatro, com instalação de restaurantes e hotéis padrão cinco estrelas", observa Furtado, ao lembrar que novas profissões despontam no esteio dos festivais de ópera. A cada edição, o festival tem captado cerca de R\$ 5 milhões e gerado quase 600 empregos diretos. "A lógica precisa ser aprimorada por meio de um modelo de desenvolvimento que faça sentido no século atual", recomenda.

A dinâmica da ocupação e crescimento da cidade está associada aos sucessivos eventos da história socioeconômica da região. Com localização privilegiada, na confluência dos rios Negro e Solimões, Manaus está a meio caminho entre a fronteira oriental, no Atlântico, e a ocidental, com uma vasta rede hidrográfica. Ao longo da história, a posição geográfica possibilitou conexões com diferentes localidades da Amazônia como importante polo de circulação de mercadorias e de pessoas, inclusive da região para outras partes do mundo. Essa concentração de fluxo tem sido um dos principais fatores de crescimento da maior cidade amazônica, tanto no período da borracha como, posteriormente, com o desenvolvimento do polo industrial da Zona Franca de Manaus (ZFM).

A constituição da ZFM, na década de 1960, como política federal para impulso do comércio, agropecuária e indústria via incentivos fiscais, visava gerar empregos e ocupar a Amazônia na estratégia de soberania sobre os territórios. O marco representa o segundo grande capítulo da história da cidade após a borracha, apresentando novos desafios e paradoxos – sociais, ambientais, culturais e econômicos – na convivência com a floresta. É a saga de uma metrópole amazônica em tempos de transformação digital e da informação que viraliza nas redes sociais, onde navega o manauara Clauter Carvalho, coordenador do grupo Minha Manaus, no Facebook, com mais de 14 mil seguidores.



A economia criativa é grande empregador de mão de obra no século XXI, com oportunidades de mudança também para quem está sujeito a vulnerabilidades no interior da floresta

Flávia Furtado, diretora executiva do Festival Amazonas de Ópera

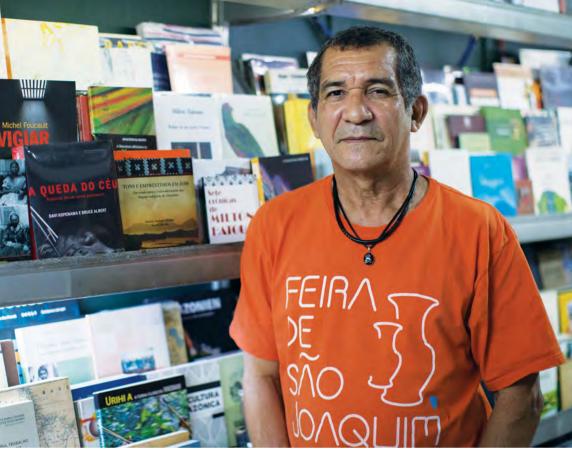


| 24 |

Nas histórias, imagens antigas e curiosidades, o conteúdo retrata ícones da expansão urbana ao longo das décadas. "Devemos nos preocupar em resgatar essa trajetória cunhada pela especulação imobiliária, em nome do progresso. A floresta que foi preservada pode acabar. Sempre ouvia na escola a referência da cidade como pulmão verde, mas isso já passou", ressalta o influenciador, quando menino habituado ao lazer no Igarapé Petrópolis onde colhia frutas de palmeiras, como o buriti e o tucumã. Hoje, não há mais esse convívio, porque a expansão urbana poluiu águas e derrubou árvores, como as que soçobraram pelo arruamento do Distrito Industrial, no início da década de 1960, para a chegada das fábricas com a ZFM. Por lá, assim como em outras partes da cidade, restaram fragmentos de mata — memória de um passado eloquente e inspiração para o debate de uma nova economia para a Amazônia ao redor.







A cidade está distante do conhecimento indígena; e nós absorvemos o que eles protegem,

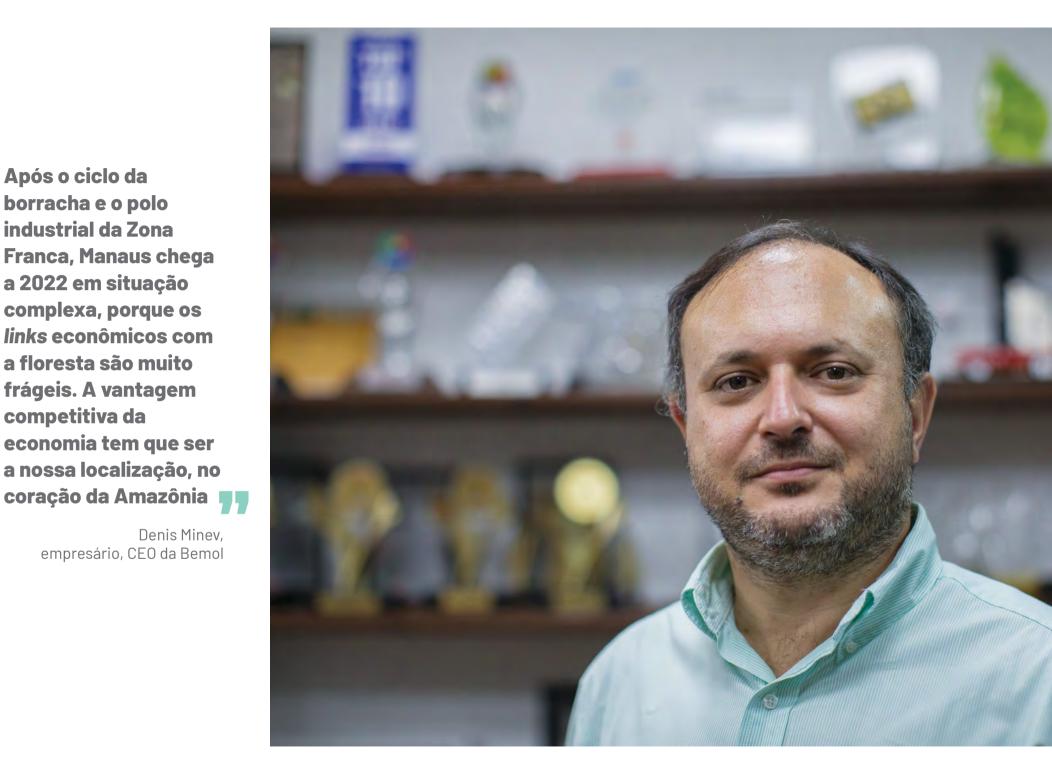
> Joaquim Melo, economista e livreiro da Banca do Largo

essencial para a vida



Após o ciclo da borracha e o polo industrial da Zona Franca, Manaus chega a 2022 em situação complexa, porque os links econômicos com a floresta são muito frágeis. A vantagem competitiva da economia tem que ser a nossa localização, no

> Denis Minev, empresário, CEO da Bemol



| 30 | | 31 |

# AMAZÔNIA COSMOPOLITA PARADOXO SOCIAL

O papel da metrópole na conservação da floresta: a inovação, a modernidade urbana e os desafios para uma futura capital brasileira da bioeconomia

Com 2,2 milhões de habitantes, em território rural e urbano quase dez vezes maior que o município de São Paulo, Manaus representa a sexta maior economia entre as cidades brasileiras, com Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 78 bilhões, em 2020, segundo o IBGE. Paradoxalmente, quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), figura em 23º lugar no ranking das capitais, à frente apenas de Porto Velho, Macapá, Rio Branco e Maceió (2010). Trata-se de um complexo cenário econômico, social e ambiental em meio a superlativos naturais, como a maior floresta tropical e a mais volumosa bacia hidrográfica do planeta, entre outros diferenciais que vociferam um recorrente "potencial para o futuro" – agora marcado pela importância na mitigação da mudança climática. Com um componente essencial por vezes esquecido na agenda: a dimensão urbana, resultado do processo histórico de ocupação da região.

Antes e após o período da borracha, apesar das transformações urbanas e do olhar das elites fixado nas modinhas do além-mar, Manaus manteve profunda relação com a floresta até o início da década de 1970. A cidade tinha expressiva extensão de mata e se impunha como entreposto dos produtos florestais extraídos no interior: da pesca à madeira para construção, pau-rosa para perfumaria, sorva para chiclete e juta para sacas de café, além da exportação de peixes ornamentais e dos curtumes de jacaré, entre outros negócios. "O perfil foi para o extremo oposto após a ZFM, com a presença dos grandes grupos econômicos do comércio e telecomunicações, que não conviviam com árvores. Dessa forma, a ligação entre a capital e a floresta, antes econômica, passou a ser gradativamente mais social e familiar, sem mais tantos negócios no interior", conta Denis Minev, empresário, CEO

do grupo Bemol, uma das maiores redes de varejo da Amazônia, que agora investe em energia solar e wifi na floresta para análise de crédito e expansão de vendas.

A concentração de capital na metrópole devido à pujança do comércio e indústria, sem investimentos na produção da floresta, não esvaziou a economia do interior devido a um outro fator: "o enriquecimento das prefeituras abastecidas pelo repasse dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios", segundo análise de Minev. Junto ao dinheiro de programas sociais do governo e da aposentadoria rural, o serviço público tornou-se a principal fonte de renda no interior, que teve a geografia econômica alterada.

Segundo ele, essas transferências de renda amenizaram o impacto econômico das restrições ambientais na floresta. "Com o maior monitoramento ambiental, tanto quem explorava corretamente os recursos naturais, como quem fazia de forma predatória, não conseguia sobreviver como antes", aponta o empresário. De toda forma, a injeção dos recursos públicos, argumenta Minev, trouxe ganhos em indicadores de educação, saúde e expectativa de vida nos municípios amazônicos até o retrocesso ocorrido na crise econômica de 2015 e 2016.

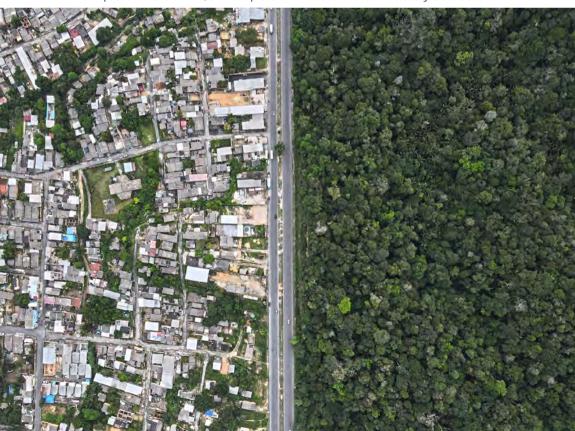
Na metrópole, manteve-se o lado cosmopolita e internacional, marcado pela miscigenação desde o ciclo da borracha até a vinda de colaboradores e prestadores de serviço do centro-sul do Brasil para as indústrias tecnológicas da ZFM, além do atual acolhimento de refugiados haitianos e venezuelanos. "Manaus se beneficia dessas várias ondas migratórias, que incluem também sírio-libaneses, japoneses e judeus vindos principalmente do Marrocos", enfatiza Minev, assíduo nos debates sobre o desenvolvimento sustentável e investidor-anjo de boas ideias em novos negócios com propósito de impacto socioambiental positivo.

O cenário, em sua análise, mistura receptividade, inovação e tradições amazônicas, tanto na alimentação como nas lendas e no folclore das festas do boi. "No tema ambiental, nunca antes nessa intensidade, há uma grande falta de comunicação e empatia entre o público dentro e fora da cidade", completa. Minev identifica um expressivo nível de rejeição manauara à temática da floresta e do meio ambiente, evidenciada no resultado das eleições de 2018, uma dissonância em relação à conversa global sobre mudança climática — "provavelmente como resposta à piora das condições de vida e falta de oportunidades vinda de anos anteriores".

"Assim como nos reinventamos para fornecer vacinas contra a covid-19, devemos nos reinventar para Manaus se tornar polo de uma nova economia, com soluções baseadas nas maravilhas da Amazônia", afirma Minev, cujo avô, o visionário economista manauara Samuel Benchimol (1923-2002), já levantava a bandeira do tema. Ele defendia que a região precisava ser financeiramente recompensada pela conservação da floresta – o que hoje significaria ter Manaus como centro de uma nova economia. "Essa é uma decisão que nunca tomamos", diz o empresário.

A questão fica na narrativa do "potencial", como nos dizeres da geógrafa Bertha Becker (1930-2013), também referência no pensamento sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia. "Só precisamos de uma economia; o verde, já temos", afirmava a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na década de 1990, ela considerava a região como o "grande desafio brasileiro para o século XXI". Em sua visão, assim como o Cerrado se tornou grande produtor mundial de alimentos como resultado das pesquisas da Embrapa, o Vale do Paraíba se destacou como referência na indústria aeronáutica em função da Embraer, e polos de São Paulo e outras regiões prosperaram com a mudança de paradigma do Proálcool no campo dos biocombustíveis, igual vigor deveria ser empreendido para a transformação da Amazônia em meca da bioeconomia com base na floresta.

Becker participou do Plano Amazônia Sustentável, lançado pelo governo federal em 2008, que já estabelecia o objetivo de "viabilizar uma estratégia de longo prazo que concilie a promoção do desenvolvimento econômico com o uso sustentável dos recursos naturais, inclusão social e distribuição de renda, resultando na melhoria da qualidade de vida da população".



No compasso da Zona Franca, a cidade pressiona o verde e descortina a desigualdade social

No livro *Um futuro para a Amazônia*, escrito em parceria com Claudio Stenner, a geógrafa reforça que o valor do patrimônio natural não se esgota na biodiversidade, que abre fronteiras para a ciência, como a engenharia genética. Assim, a professora projetou a cidade de Manaus transformada em metrópole moderna, uma nova Wall Street, com bolsa de ativos verdes.

#### O PAPEL DA ZONA FRANCA DE MANAUS

No centro do debate sobre o desenvolvimento sustentável está o futuro da ZFM, com os seus incentivos fiscais e reflexos no Polo Industrial de Manaus (PIM). Alvo de embates muitas vezes ideológicos, o modelo não de hoje divide opiniões, mas reúne o consenso sobre a necessidade de buscar caminhos de uma maior diversificação, no contexto de uma bioeconomia da floresta, com menor dependência do atual perfil industrial e uma integração mais ampla a compromissos de sustentabilidade. A discussão em torno das questões tributárias e sua efetividade, de um lado, e das demandas da economia na urgência climática, de outro, tem reforçado propostas de soluções que considerem a dinâmica da realidade amazônica e, mais especificamente, da economia amazonense e sua metrópole.

Após 55 anos, a ZFM – com vigência renovada até 2073 – reúne cerca de 450 empresas, com 103 mil empregos e faturamento do polo industrial ao redor de R\$ 158 bilhões em 2021, 40% concentrado em três produtos: televisores com LCD, celulares e motocicletas. No rastro dos atrativos de renda, Manaus é hoje a sétima cidade mais populosa do País, com crescimento acelerado, seis vezes maior do que a média nacional, de 1960 para cá.

Houve melhoria no índice de escolaridade. Porém, o aumento populacional não foi acompanhado pelo desenvolvimento da infraestrutura urbana. O resultado está na expansão de ocupações irregulares e na deficiência de fornecimento de água, energia e saneamento básico, entre outros fatores de degradação que expõem a desigualdade social e contrastam com a exuberância da floresta ao redor da grande ilha urbana.

Uma pergunta é recorrente no debate: a existência do PIM tem contribuído para reduzir a pressão do desmatamento? Os riscos inerentes à continuidade do modelo podem induzir a migração da indústria para atividades intensivas em terra?

Enquanto alguns estudos apontam evidências de que o PIM evitou a exploração agropecuária e extrativista ao concentrar atividades geradoras de renda em Manaus, outros pesquisadores dizem que essa dependência entre desmatamento e geração de emprego no setor industrial não é relevante. De certo, para além de uma maior ou menor influência da metrópole, os fatores geográficos, como isolamento de regiões sem acesso por estradas – bem como a criação de reservas ambientais, terras indígenas e outras áreas protegidas – serviram de escudo contra a derru-

bada de árvores, fazendo com que o Amazonas historicamente tenha índices de desmatamento bastante inferiores em relação aos vizinhos Pará e Mato Grosso.

Em resumo, a atividade industrial na ZFM é composta por grandes empresas internacionais, com as melhores práticas competitivas. De acordo com pesquisadores, como Márcio Holland, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV), houve expressivos avanços na região por conta do modelo de incentivos, com constituição de um forte mercado consumidor regional, além de um amplo e diversificado mercado de trabalho, universidades e institutos de pesquisa, entre outros. São bases sólidas que se somam ao possível desenvolvimento regional em novos eixos econômicos estratégicos, baseados na riqueza de recursos naturais da região, por exemplo: bioeconomia amazônica (biofármacos, biocosméticos, alimentos nutracêuticos, novos materiais etc), piscicultura, turismo e produção agroflorestal.

Junto a isso, segundo analistas, há a necessidade de ampliar a contribuição da região nas exportações brasileiras, a melhoria de infraestrutura (portuária, ferroviária, rodoviária, fluvial, telecomunicações, etc) e a destinação de recursos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) à qualificação tecnológica para essas atividades associadas à floresta — além de uma maior ênfase produtiva no interior do estado, com fomento de novos polos.

Os recursos gerados pelo PIM, fortalecido por um aperfeiçoamento do modelo fiscal e pelo aumento de competitividade, é que financiarão a nova economia. De acordo com Thomaz Nogueira, consultor em direito tributário e ex-superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), é necessário aproveitar a cultura tecnológica e a capacidade de gestão empresarial construídas na capital ao longo da história. Em recente artigo, o especialista reforça: "A diversificação vem pelo adicionar e não pelo substituir. O PIM é o mecanismo que vai nos dar, nas próximas duas décadas, os meios e recursos para esse processo de adição à matriz produtiva".

#### **CAPITAL DA BIOECONOMIA?**

A expansão das queimadas e do desmatamento nos últimos anos escancarou a urgência por uma agenda econômica aliada à conservação. E, nisso, o Amazonas, impulsionado pela capital, reúne vantagens comparativas: além da tradição industrial, mais de 90% do território estadual permanece coberto por florestas.

"Somos o único estado brasileiro que tem floresta em abundância e, ao mesmo tempo, um ecossistema industrial forte em tecnologia da informação e comunicação, mas é preciso fazer a ponte entre os dois mundos. Falta uma conexão entre a biodiversidade e o que está sendo produzido, e de que forma, no Polo Industrial. E uma maneira de juntar essas pontas é por meio da discussão da bioeconomia e a relação com as cidades", analisa a economista Tatiana Schor, à frente da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação, no governo estadual.

Na análise de Schor, há o desafio de arrumar a casa na gestão pública, porque o meio urbano tem importante papel no desenvolvimento da bioeconomia dentro de quatro princípios: conservação da biodiversidade, diminuição das desigualdades socioterritoriais, incorporação de ciência e tecnologia nas suas mais diversas escalas e expansão das áreas florestadas biodiversas. Há quase 20 anos, a professora do Departamento de Geografia da Ufam estuda o tema de cidades e redes urbanas no Amazonas na relação com os mercados dos recursos naturais da sociobiodiversidade. É uma dinâmica que costuma ser invisível: "Corremos o risco de perder várias oportunidades no meio do caminho quando passamos a falar só de bioeconomia e menos de desenvolvimento sustentável".

O Programa de Bioeconomia do Amazonas, inserido no Plano Plurianual do Estado, reforça as cidades e seus desafios de qualidade de vida como elemento-chave no contexto de uma nova matriz de desenvolvimento econômico somada ao que já foi historicamente construído pela Zona Franca de Manaus (ZFM). O modelo tem inspiração no conceito de "biópolis", como ocorreu em Singapura no início deste século com a política pública de urbanismo reconhecida internacionalmente por unir o ecossistema de alta tecnologia médico-hospitalar à abertura de espaços culturais e áreas verdes.

Para haver bioeconomia, as cidades precisam ser atrativas, com estrutura de conectividade bem resolvida, mobilidade urbana, circuitos culturais e serviços públicos de melhor qualidade, como na educação, saúde, segurança e saneamento



Centro de Biotecnologia da Amazônia: à espera de políticas para destravar a bioeconomia

básico. "Se não tratarmos o tema da ilegalidade, do desmatamento, das nossas facções e milícias e do tráfico de drogas que está dominando os territórios, daqui a pouco não teremos bioeconomia porque ninguém vai entrar na floresta", adverte a secretária executiva.

São pontos estratégicos não somente ao acesso a mercados para o desenvolvimento dos negócios como também à fixação de jovens e à atração de cérebros em busca de oportunidades em novas fronteiras, com o surgimento de startups, spin-offs e outros modelos de empreendedorismo e inovação. "Quem olha para o futuro não fica em cidade sem internet, vida cultural e calçada", ressalta Schor, lembrando que o problema não é mais tanto a distância geográfica, mas sim a digital.

Além do mais, os negócios em bioeconomia, principalmente no beneficiamento e agregação de valor dos produtos nos locais de origem, precisam de estrutura de laboratórios para o controle de qualidade da água e análises fitossanitárias, por exemplo – um desafio até mesmo para Manaus, como hub dessa rede a ser desenvolvida.

Ao olhar para a floresta no afã de um novo ciclo econômico, com atividades mais diversificadas e baseadas nas soluções da natureza, a cidade mexe no redemoinho de valores urbanos em torno da complexa interface entre meio ambiente e desigualdade social. A existência da imensidão verde pode permanecer no imaginário como um empecilho ao progresso ou ser tradada como um ativo econômico a ser valorizado no mundo em xeque-mate devido às questões socioambientais e os riscos de escassez de recursos vitais, como a água, aquela que existe em abundância no Rio Negro, à frente de Manaus. Na visão de Schor, não enxergá-lo representa um esquecimento sem sentido prático, sabendo-se que o rio nutriu a expansão da metrópole por meio da extração de areia usada na construção civil. Além disso, em suas margens, na área urbana e periurbana, existem hoje pelo menos 58 atracadouros de barcos que servem ao transporte fluvial. "Estar de costas é uma condição mais associada à classe média-alta, fechada em condomínios que se apropriam da floresta como um muro".

É na metrópole onde está concentrado o poder do consumo da população, inclusive na demanda por segurança e soberania alimentar; e as instâncias decisórias, como grandes empresas ou órgãos públicos, que adotam políticas de compras institucionais sustentáveis com reflexos na produção – e conservação – da floresta. "Bioeconomia para quem?", questiona Thiago Uehara, pesquisador da Chatham House, em Londres, com experiência em trabalhos de campo sobre o tema em comunidades rurais, nos arredores de Manaus. Segundo ele, a bioeconomia precisa beneficiar não unicamente o capital estrangeiro, mas quem vive na região, seja da cidade de Manaus ou municípios vizinhos, como "atores e ativos centrais nessas dinâmicas de desenvolvimento".

Ele lembra que o caso de Singapura e sua biópolis, aqui citado, é de grande sucesso e visibilidade mundial devido ao crescimento econômico das últimas déca-



Não dá para falar de bioeconomia amazônica sem olhar para as cidades como hubs de um intenso movimento de mercadorias, em que Manaus funciona como uma sombra sobre as demais. O que une os 13 municípios da Região Metropolitana é a floresta – e não o acesso rodoviário

Tatiana Schor, secretária executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas e professora do Departamento de Geografia da Ufam



das, conectado a mercados globais, mas esconde expressiva desigualdade social. "A finalidade não deve ser apenas os indicadores econômicos, mas o bem-estar e a equidade social", afirma Uehara ao destacar o papel das compras públicas em gerar benefícios públicos à sociedade, olhando para os pilares da sustentabilidade para além da questão ambiental (*leia mais no capítulo* 4).

#### REDES DE CONHECIMENTO

No livro Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira – As Vilas e a Urbanização no Amazonas, lançado em 2021, Tatiana Schor chama atenção para a função das cidades no sentido de viabilizar um novo padrão de desenvolvimento regional, ao centralizar a organização das relações sociais e da produção. O diferencial está na pegada da conservação, que é a vantagem competitiva como região – e Manaus, pelas óbvias razões do gigantismo, tem protagonismo na agenda interconectada com os menores municípios.

A metrópole concentra estruturas de mercado, decisão política e capital humano qualificado a desfazer os nós das redes de conhecimento produtivo da floresta, conceito mais integrador que Schor prefere utilizar no lugar de "cadeias produtivas". Instituições de referência, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o Museu da Amazônia (Musa), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Instituto Federal do Amazonas (Ifam) e a Ufam, entre outros, se destacam como ícones desse patrimônio intelectual em Manaus. A Universidade do Estado do Amazonas (UEA), por exemplo, sedia o Forest Business School, visando avanços da qualificação em bioeconomia, e mantém unidades acadêmicas em diversos municípios amazonenses.

Juntamente ao acervo de cérebros da capital, no interior há uma grande teia de inteligência normalmente invisível, segundo Schor, também coidealizadora da Rede Recursos Humanos e Inteligência para a Sustentabilidade na Amazônia (Rhisa). Com 100 mil membros e instituições cadastradas, a plataforma colaborativa mapeou os espaços ocupados por pesquisadores para além dos *papers* científicos, com importância no interior do estado pelo trabalho de chão sobre o conhecimento da floresta.

É urgente a economia digital conversar com a floresta na perspectiva de saltos na demanda da bioeconomia e de uma nova relação com a sustentabilidade. "Nosso grande desafio para evoluir está em dois eixos: energia elétrica e internet", aponta Vânia Thaumaturgo, presidente da Associação do Polo Digital de Manaus. "A transformação digital vem ocorrendo há algum tempo e é um caminho sem volta, com alto potencial na geração de renda e emprego, além de base para o surgimento de matrizes econômicas", diz.

O Polo Digital se estruturou gradativamente, de maneira orgânica, como resultado dos investimentos em tecnologia previstos na Lei de Informática, criada há 30 anos no nível federal, com especificidades para a Zona Franca de Manaus.

"Precisávamos nos organizar como um ecossistema e começamos a realizar a feira internacional, que, na segunda edição, em 2019, reuniu 25 mil visitantes e mais de 100 palestrantes do Brasil e do mundo", conta Thaumaturgo. Atualmente, o polo reúne instituições tecnológicas, universidades, grandes empresas, incubadoras de negócios nascentes, aceleradoras e startups de diversos perfis, no total de 8 mil colaboradores com renda média de cinco salários mínimos.

Até o momento, a principal linha de atuação dos investimentos da Lei de Informática tem sido em tecnologias específicas para o setor eletroeletrônico, o maior da Zona Franca, mas há um movimento recente no sentido da diversificação. Manaus pode ganhar visibilidade e se diferenciar de outras capitais – como Recife e Florianópolis, também famosas pelo ecossistema digital – diante do que a floresta tem a oferecer, mantendo-se conservada.

Da biotecnologia para várias finalidades, como na indústria da saúde e alimentação, transporte, turismo e gestão ambiental no novo mundo do mercado de carbono, o céu é o limite para as aplicações que estão por vir. Um dos exemplos, segundo destaca Thaumaturgo, é a aeronave aquática que está sendo desenvolvida por uma startup local em parceria com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e que já conseguiu sobrevoar quatro metros acima do rio. "O potencial de tudo isso é altíssimo, mas precisamos de políticas públicas voltadas à capacitação técnica e educação de base para avançar", ressalva. Inovação é ingrediente básico da relação da maior metrópole da Amazônia com a floresta.

#### **ONGS OLHAM PARA OS BIONEGÓCIOS**

No desafio de transformações, a capital do Amazonas é também aglutinadora de ONGs de vários portes – instituições da sociedade civil que exercem papel fundamental na interlocução com comunidades e lideranças, empresas, academia e poder público para impactos positivos no chão da floresta. Na última década, essas organizações evoluíram no processo de gestão para credenciamento a recursos financeiros nacionais e internacionais destinados à Amazônia, mobilizando parcerias para estratégias, políticas e ações socioambientais com maior efetividade.

Empreendedorismo e visão de negócios, associados ao uso sustentável da biodiversidade, conquistaram espaços na agenda das ONGs. "É necessário integrar modelos avançados e tradicionais de modo a sair de um perfil apenas extrativo-vendedor, de modo que a região se veja mais como cliente, ou seja, como demandante de soluções tecnológicas", explica Carlos Koury, diretor de Inovação e Bioeconomia do Idesam.

A ciência já mostrou o caminho na direção da biotecnologia florestal, agora apoiada com visão de mercado, gerando as bases de produção nas comunidades, com capilaridade de negócios para atendimento de novas demandas e maior escala

Os polos digitais nos estados da Amazônia podem ser uma grande solução que conversa bem com a floresta porque não precisa de uma infraestrutura de estrada, não precisa desmatar. Muito pelo contrário: tem impacto positivo porque traz a inteligência necessária para o desenvolvimento de outras matrizes econômicas mais sustentáveis

> Vânia Thaumaturgo, presidente da Associação do Polo Digital de Manaus

nas soluções, diz Koury, paulista com passagem profissional por Belém (PA) antes de sentir-se atraído pelos desafios do binômio desenvolvimento-conservação da floresta no Amazonas - estado que, há cerca de 20 anos, avançava na criação de áreas protegidas de uso sustentável.

Em 2004, o engenheiro florestal se juntou ao time sob a liderança de Mariano Cenamo na fundação do Idesam, sediado em Manaus e responsável à época pelo plano de gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uatumã, uma das mais expressivas unidades de conservação no âmbito da política pública estadual que se implementava. Foi uma história de lições aprendidas para novos voos da instituição em projetos voltados à inovação na floresta, hoje em destaque no portfólio, a exemplo da aceleradora de negócios de impacto AMAZ.

A ONG manauara coordena o Programa Prioritário de Bioeconomia (PPBio), instituído pela Suframa com objetivo de catalisar para o setor uma parte dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento que as empresas de tecnologia de informação e comunicação, instaladas na região com benefícios fiscais, são obri-

gadas a realizar conforme a Lei de Informática, no total de 5% do faturamento. Anualmente, esses recursos somam R\$ 1 bilhão por ano, quase sempre aplicados em tecnologias digitais ou melhorias produtivas das fábricas de eletroeletrônicos. A ideia é que passem a contemplar, em maior volume, também negócios inovadores no uso sustentável da biodiversidade.

Ao intermediar a relação entre as indústrias e os institutos de pesquisa e startups, o trabalho com o PPBio busca viabilizar inovações amazônicas no mercado, principalmente no campo da biotecnologia para novos produtos, beneficiamento, agregação de valor, produção de baixo impacto e soluções de logística. A principal estratégia é o desenvolvimento de comunidades de bionegócios, voltados a resolver gargalos nas cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com efeito na redução do desmatamento e mitigação da mudança climática. "Faltava uma visão integrada para entrega de soluções, de forma a melhorar o ambiente dos negócios na floresta, com inclusão social", ressalta Carlos Koury. Após o sucesso da primeira chamada pública "Elos da Amazônia" para projetos na cadeia do açaí, o Idesam lançou, em 2022, uma segunda seleção, destinada à castanha-do-brasil e óleos vegetais.

De acordo com Koury, Manaus precisa assumir o papel de capital da biotecnologia, conferido pelo Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, conforme decreto federal de 2010. "Obviamente, não é uma questão de esquecer o eletroeletrônico. Pelo contrário, deve-se fortalecê-lo de modo que a arrecadação reverta em investimentos no uso sustentável, com novo olhar para da floresta".

#### **CORTINA DE FUMAÇA**

Segundo pesquisadores, vista como cidade-estado por concentrar a população e o Produto Interno Bruto (PIB), Manaus influencia o que acontece ao redor e tem capacidade de induzir um futuro próspero para a floresta. "No geral, os manauaras reconhecem o valor da origem amazônica, mas trata-se de uma relação nostálgica, porque falta uma expressão econômica pulsante entre a capital e a riqueza natural do interior. É preciso fazer a conexão para se evoluir nesse convívio", enfatiza Koury.

Muitas vezes, a lembrança da localização em meio à floresta vem na estação seca, quando não raro a fumaça das queimadas do entorno cobre de cinza a paisagem urbana, em Manaus. Além do impacto ambiental com a emissão de gases--estufa em tempos de agravamento da mudança climática, a fuligem de árvores carbonizadas causa alta incidência de doenças respiratórias.

Em agosto ou setembro, a poeira faz a garganta arder e suja móveis e objetos das casas, mas há sempre moradores que negam vir da floresta. "Quem reclama das queimadas é acusado de jogar contra o País", diz Carlos Durigan, diretor do WCS Brasil, ONG voltada à conservação e manejo de recursos naturais, sediada na capital amazonense. "Um dia, quando a neblina de fumaça passar, e, quem sabe,



A cidade e seu polo industrial é grande referência em tecnologia, com opção de desenvolver inovação para recuperar o atraso na bioeconomia da floresta, porque o mundo mudou e não fazemos mais nada como antes

Carlos Koury, diretor de inovação e bioeconomia do Idesam

as mentes se abrirem, a espécie humana enfim verá a importância do momento que vivemos", afirma.

Há quase 30 anos na Amazônia, o geógrafo defende o resgate urbano da relação com a natureza. Ele conta que a floresta impermeabilizada forma uma ilha de calor que tranca as pessoas em ambientes fechados com ar condicionado, como bolhas em condomínios, shopping centers ou dentro das casas em bairros de baixa renda. "Quando há enchentes, o lixo circula pelas águas, mas as pessoas ficam mais preocupadas com a possível invasão de cobras e lagartos", conta o ambientalista.

Fabiano Silva, coordenador executivo da Fundação Vitória Amazônica, aponta: "As estratégias rurais estão cada vez mais impactadas pelo que vem da cidade, não planejada para integrar a floresta que já existia nela, em sua origem". Segundo ele, as cidades precisam ser pensadas de outra forma na Amazonia, entendendo o papel no território, e não à luz de modelos externos. Em Manaus, é necessário um zoneamento ecológico-econômico: "A metrópole tem um papel indutor – social, ambiental e cultural – bastante determinante, e o distrito industrial direcionado também às características amazônicas mudaria a visão das pessoas sobre a floresta".

Na análise de Silva, os pontos críticos estão no avanço das ocupações irregulares, mais conhecidas na cidade como "invasões", na falta de saneamento com a poluição pelo esgoto e resíduos sólidos, na violência do tráfico de drogas e nos impactos da especulação imobiliária, com o avanço urbano sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP) que protegem os cursos d'água. De acordo com ele, antes da revisão do Código Florestal, em 2012, com regras mais flexíveis no meio urbano, existiam nessas áreas mais de 5 mil edificações irregulares listadas pelos órgãos de controle para Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Depois da nova lei, o número caiu para 1,7 mil.

#### **UMA METRÓPOLE PECULIAR**

O ambientalista tem participado das discussões em torno das dinâmicas urbanas de desenvolvimento por meio de estudos para suporte ao planejamento e a proposta de redefinir conceitos para os treze municípios da Região Metropolitana de Manaus. É uma das maiores do País, somando 127 mil km², mais extensa que o território de Portugal. "Na área, os municípios são conectados espacialmente pela floresta com produção de alimentos e fluxo humano, havendo dificuldade de se compartilhar uma agenda de serviços públicos integrados, como é o caso de consórcios de aterro sanitário", explica. Junto a isso, mudanças de hábitos alimentares, com maior consumo de produtos industrializados e descarte de embalagens, aumentam o desafio da gestão dos resíduos.

Em paralelo, enfatiza Silva, "comunidades ribeirinhas são reféns da vulnerabilidade social e do crime organizado, que tem Manaus como *hub* de distribuição de drogas após a entrada pela fronteira amazônica". Ele diz que a capital não deve



permanecer encolhida como uma ilha de concreto cercada de verde, e que, na Região Metropolitana, há um bom modelo de busca por soluções, em Novo Airão (AM): "O município não vê mais a existência de áreas protegidas de floresta como empecilho à economia, mas como atração de investimentos e indutor de desenvolvimento, com polo naval e hotéis de selva cinco estrelas".

"Estar na Amazônia confere singularidades para a relação entre cidade e floresta, o que exige reflexão por conta do nicho urbano relativamente pequeno diante da área florestal rural muito grande", concorda Tiago Jacaúna, presidente do Observatório da Região Metropolitana de Manaus. É um território atípico no País. Ao contrário de outras metrópoles, a área reúne tanto os problemas de uma zona rural como as ameaças da própria expansão urbana, dentro de um complexo de alta diversidade social e ecológica. "O debate atual, muito importante, é como o planejamento pode integrar municípios hoje com políticas desarticuladas", afirma o professor do Departamento de Ciências Sociais da Ufam.

O desafio, segundo ele, é somar alternativas econômicas para descentralizar renda por meio de atividades de baixo impacto ambiental, envolvendo as três esferas de governo. "Quando se mostra a Amazônia como um vazio demográfico com fronteiras que precisam ser ocupadas, o resultado é o esquecimento dos problemas urbanos", pondera Jacaúna. Na capital do Amazonas vive mais da metade da população estadual, com graves problemas de degradação ambiental - ilhas de calor, poluição do ar e falta de arborização que, na análise do professor, representam um paradoxo em meio à Amazônia. "Como manauara, se não formos em busca da natureza, como o lazer dos balneários do Rio Negro, a natureza não vem até nós", ilustra o professor, hoje dedicado a estudar como a agenda climática está sendo incorporada pelos municípios da Região Metropolitana.

#### MANAUS E A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

A capital amazonense figura entre as 25 maiores cidades emissoras de gases do efeito estufa no Brasil, gerados sobretudo pela energia termelétrica e resíduos urbanos, segundo a plataforma SEEG, do Observatório do Clima. Além disso, por concentrar as atividades econômicas e mais de 60% da população estadual, a metrópole é estratégica para o plano de neutralização de carbono lançado pelo Amazonas em 2021, na perspectiva de atrair investimentos e avançar na Política Estadual de Mudança Climática, criada em 2007 e ampliada em 2020. No entanto, o município não tinha, até março de 2022, um plano de ações para a mitigação de emissões e adaptação aos impactos já em curso em todo o planeta.

No site da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a única referência ao tema da mudança climática está em um dos nove capítulos da minuta do novo Código Ambiental de Manaus, que entrou em consulta pública em 2021. O documento, porém, estabelece apenas princípios genéricos para uma futura política municipal neste campo, sem apresentar - neste estágio do processo - metas e ações para alcançá-las.

A Prefeitura de Manaus participou, em 2017, de uma oficina do Projeto CiAdapta: Mudança Climática e o Processo Decisório de Manaus, promovida pela Universidade de São Paulo (USP) e o Observatório da Região Metropolitana de Manaus, com o obietivo de discutir os riscos e as estratégias de mitigação e adaptação, "Precisa haver integração com as demais agendas municipais, como da mobilidade, resíduos, energia e planejamento, sem estar restrita à área ambiental", recomenda Jacaúna.

No Brasil, diferentes capitais já elaboraram e aprovaram planos de ação climática, a exemplo do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Salvador, que tiveram apoio no âmbito da rede global C-40 Cities. Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), divulgado no início de 2022, reforça a urgência da adaptação das cidades com medidas que reduzam riscos de desastres ambientais que afetam a economia e, principalmente, as condições de vida da população mais pobre das periferias. Em lugares mais desemparados, a mortalidade causada por eventos climáticos extremos foi quinze vezes maior, na última década, do que em regiões mais adaptadas.

Entre as ameaças, Manaus apresenta alto índice de vulnerabilidade ao impacto de vazantes e cheias dos rios, como ocorreu na maior enchente da história do Amazonas, em junho de 2021 — eventos extremos que deverão ficar ainda mais frequentes e intensos devido ao aquecimento global, com consequências catastróficas se o aumento da temperatura do planeta atingir 5 °C até o final do século em comparação ao período pré-industrial.

A questão acende o sinal de alerta sobre a forma de lidar com a Floresta Amazônica. Manaus, como maior metrópole desse importante sumidouro de carbono do planeta, apresenta riscos, mas também oportunidades na chamada "economia climática". Nesse contexto, o olhar estratégico requer especial atenção, tanto no contexto das políticas econômicas como no planejamento urbano.



## Devido à ausência de árvores, parece não estarmos na maior floresta tropical do mundo

Pedro Paulo Cordeiro, arquiteto e urbanista do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb)

| 48 | | 49 |



Ponte sobre o Rio Negro abriu caminho para o desenvolvimento e a expansão urbana

#### **REVITALIZAÇÃO À VISTA**

Do início da década de 1970, com a implantação da Zona Franca de Manaus, até 2010, a população cresceu sete vezes, e o território urbano, 25 vezes: "Ocorreu um intenso processo de espraiamento, uma explosão sem controle pelo poder público", revela Pedro Paulo Cordeiro, arquiteto e urbanista do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb), com experiência de 23 anos no setor. Em 1975, lembra o especialista, até foi criado um instrumento para evitar o pior com a expansão sobre a floresta: o Plano de Desenvolvimento Local Integrado, não seguido pelos governantes subsequentes.

Ele destaca que, atualmente, a principal iniciativa consiste na valorização da orla para a população conviver em maior harmonia com o Rio Negro, na zona central da cidade – e não apenas na praia da Ponta Negra, bairro que hoje concentra os atrativos de lazer. O programa Nosso Centro reúne 34 ações para a revitalização do território em quatro anos por meio da promoção de novos negócios e *startups* de inovação. Entre as áreas trabalhadas figura o Mirante da Ilha, que permitirá avistar o rio, junto a uma marina, um teleférico e um novo espaço cultural e gastronômico.

"A estratégia é ocupar os eixos viários já abertos e ainda sem muitas habitações, evitando espraiamento maior da cidade", ressalta Cordeiro. Ele adverte que Manaus continua crescendo de forma preocupante, no compasso do êxodo resultante da falta de oportunidades e infraestrutura no interior. "Temos que adensar áreas urbanas já ocupadas, e não mais expandir sob o risco de impactos à floresta", explica. No entanto, o adensamento acima de determinado nível acaba por agravar problemas

sociais em conglomerados populacionais de baixa renda da cidade (veja no capítulo 5).

Segundo dados do Implurb, só 12% das calçadas estão adequadas para uso. Caminhar nessas condições, além do calor ao sol ou da chuva intensa no inverno amazônico, não é uma tarefa fácil – exceto para o artista plástico Otoni Mesquita, habituado a andar a pé pelas ruas cidade na busca de referências regionais para a produção da sua arte, objeto de exposições em espaços culturais importantes da cidade. São madeiras, ossos de animais, grafismos amazônicos. "O objetivo é a sensibilização das pessoas para o meio ambiente, principalmente a redução do lixo que vai parar no Rio Negro", revela Mesquita, também jornalista com doutorado em História.

"A minha ligação com a floresta vem da academia", diz o artista, incomodado quando lê sobre políticas que conservavam os igarapés no século XIX e vê o atual distanciamento entre a cidade e a natureza. Ele conta que, após a visão de progresso imposta pelo início da ZFM, ocorreram movimentos de resistência, principalmente na Ufam e no INPA, contra a derrubada de árvores. "Éramos cercados na avenida Constantino Nery por batalhões com cacetete", diz Mesquita.

A sensibilização para os valores amazônicos impressos no imaginário da metrópole inspira o diálogo para avanços no direito ao meio ambiente saudável. "Manaus representa uma grande contradição, com o majestoso Rio Negro à frente e, por trás, a floresta engolida pelo contínuo espalhamento urbano", destaca Neliton Marques, pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Ufam. Ele integra o movimento Ficha Verde, criado na capital amazonense no contexto das manifestações de rua que marcaram a vida política do País em 2013, no rastro do debate anticorrupção em torno da Ficha Limpa, mas com um propósito diferente: mobilizar atores locais e suas redes para fortalecer a sociedade na cidadania ambiental, com influência da temática nas urnas.

#### A IMPORTÂNCIA DO VOTO

O primeiro ato, nas eleições municipais daquele ano, foi engajar os candidatos na assinatura de uma carta-compromisso com temas prioritários. Em outra frente, o movimento participou da proposta de criar no município uma Área de Proteção Ambiental (APA), conectando fragmentos florestais para a conservação do sauim-de-coleira, primata endêmico da Região Metropolitana de Manaus. Além disso, por meio da mobilização do governo e sociedade, a espécie, criticamente ameaçada de extinção, foi reconhecida por decreto municipal como símbolo da cidade (*leia no capítulo 3*).

Com apoio do movimento Ficha Verde, foram empreendidas ações em defesa do Encontro das Águas, principal cartão-postal da cidade, sob o perigo da construção de um novo porto para o Distrito Industrial. "Vivemos o equívoco do mito da abundância, pelo qual a fartura de água e floresta ao lado, na Amazônia, fecha os

| 51 |



É preciso canalizar ações organizadas da sociedade, colocar a conscientização para o meio ambiente no centro da política e levá-la na hora do voto



Neliton Margues, pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Ufam

olhos para os espacos verdes na cidade", lamenta Marques, assíduo nos momentos de lazer e inspiração a bordo de seu barco nos rios da região.

Para ele, "valores culturais marcantes, como a farinha e o peixe, não são suficientes para imprimir identidade e influenciar tanto a qualidade de vida com conservação de fragmentos florestais, como a escolha de governantes e políticos condizentes com essas expectativas". Impera, segundo o pesquisador, a cultura do paternalismo e o afã de resolver o problema individual, não o coletivo.

Na visão de Luciana Montenegro Valente, servidora do Ministério Público Federal (MPF) e integrante do Ficha Verde, a questão tem origem histórica: "É como a 'tragédia dos comuns', vinda dos tempos de Manaus como a Paris dos Trópicos, no ciclo da borracha, identificada com o estrangeiro, não com as raízes indígenas". Ex-secretária municipal de Meio Ambiente (2005-2008), Valente enfrentou a reação das construtoras contra normas de tratamento de esgoto e costuma fazer referência à famosa canção "Porto de Lenha", de Zeca Torres e Aldisio Filqueiras, "hino" de Manaus na década de 1970. No verso "Tu nunca serás Liverpool", uma crítica ao saudosismo da borracha, cuja decadência deixou a economia - e a autoestima do povo - em frangalhos.

> Porto de Lenha, tu nunca serás Liverpool... Com uma cara sardenta e olhos azuis Um auarto de flauta Do Alto Rio Negro Pra cada sambista paraquedista Oue sonha o sucesso Sucesso sulista Em cada navio Em cada cruzeiro

> > Zeca Torres e Aldisio Filqueiras, na canção "Porto de Lenha"

"Não dá para continuar neste caminho, sem perceber o diferencial de estar na Amazônia", afirma Valente, para quem um desafio é descolonizar o pensamento, reconhecendo e valorizando a face indígena e os fragmentos florestais, por exemplo. Daí a importância das vozes que não se calam e dos sinais de alerta vindos de movimentos como o Coletivo Floresta Manaós, que somou forças ao Ficha Verde e conseguiu o veto ao Projeto de Lei 280/2020, que pretendia retalhar a Área de Proteção Ambiental Floresta Manaós para favorecer a construção de um empreendimento.

| 52 | | 53 |

### **COMO O MANAUARA VÊ A FLORESTA?**

FLORESTA EM PÉ

72,6%

dizem que a Amazônia conservada aumenta a qualidade de vida da população. **ÁREAS VERDES** 

66,8%

consideram que as áreas verdes urbanas influenciam positivamente o dia a dia da cidade.

**QUEIMADAS** 

94,1%

afirmam que os incêndios florestais têm impactos negativos na qualidade de vida. **CONSERVAÇÃO** 

73,5%

acreditam que novas áreas de **conservação não atrasam o desenvolvimento do Amazonas.** 

Pesquisa de Opinião Socioambiental Manauara, realizada pela Action Pesquisas de Mercado sob encomenda da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), com apoio do Instituto Clima e Sociedade (iCS). Foram ouvidos 1018 moradores da área urbana da capital amazonense entre 16 e 70 anos.

A mensagem é importante para todas as lideranças políticas estaduais, nas diferentes esferas de governo, de modo a priorizar a proteção ambiental. É extremamente positivo que a população entenda o maior valor da floresta em pé

Virgilio Viana, superintendente geral da Fundação Amazônia Sustentável (FAS)



## RAÍZES CULTURAIS DA FLORESTA

Apesar do ideário urbano como um muro que separa da floresta, Manaus acolhe tradições que sinalizam a origem amazônica

"Envelhecido de entrega do eu que pouco assumi, o espelho de minhas águas se embaça ao me refletir/Me percebo em face estranha com bizarra maquiagem, ressaltando em meu semblante traços de outras paisagens/Perdido de mim, alheio-me dos sabores do meu chão/ Vago rios, mirando mares, mergulhado em solidão/0 meu deus. ambíguo sonho, mestiço na minha fé, ora é sacrário de padre, ora é rito de pajé/ Quando em lampejo de sonhos me embalo no tapiri, vejo trançada nas palhas a face que já perdi/Qual marcas na baladeira das penas que eu abati, no rugário do meu rosto as vezes que já morri"

> Celdo Braga, poeta e cantor, membro da União Brasileira de Escritores



| 56 |

No jardim da casa no bairro Santo Antônio, em Manaus, um pé de pião-roxo e outro de pião-branco se destacam logo na entrada, "para afastar os maus espíritos". Ao lado, uma árvore-de-cuia, também conhecida como cabaceira, compõe o microclima do verde em meio ao calor da tarde na metrópole. Mais que isso, aqueles frutos na forma de grandes bolas ocas inspiram sonoridades para a poesia de Celdo Braga, compositor e cantor que tem a produção artística – e a vida – marcada pela relação com a floresta. Ao seu lado, o percussionista e parceiro João Paulo Ribeiro, o JP, ouve com atenção as histórias do anfitrião para depois mostrar relíquias que a dupla guarda na sala.

Em 40 anos de trabalho, 30 deles no interior, em Benjamin Constant (AM), Braga destacou-se como integrante do grupo musical Raízes Caboclas: "Devido ao convívio com a floresta, temos o olhar apurado para uma realidade que muitas vezes não percebemos". Ele conta que viveu conflitos de identidade em consequência de estereótipos por viver tão longe dos centros econômicos, mas encontrou, justamente nas tradições culturais, o caminho para dar a volta por cima. "Dediquei-me a cutucar a vergonha de quem não sabe verbalizar o valor das nossas coisas", revela o cantor. Ele reforça que é raro o manauara conhecer nomes de árvores, porque falta uma relação de pertencimento junto aos símbolos ligados à floresta. "Nos lugares onde tocamos, levantamos o tema nas entrelinhas das canções, e as pessoas, muitas vezes, choram", diz.

Licenciado em Letras, o poeta e músico, também membro da União Brasileira de Escritores, extrai da floresta e da cultura amazônica os elementos trabalhados em suas obras, como na composição "Sementes Sonham": "Semente se veste de fruto bonito/não raro cheiroso de bom paladar/talvez sugerindo a quem o desfrute/ lembrar do saber e querê-la plantar/nem sempre a pessoa que come uma fruta/ entende a permuta que a polpa insinua/vi tantas sementes jogadas no lixo/às vezes à toa no meio da rua/não sei até quando a mão insensata/que a vida maltrata entenda

## **NO CINEMA**

"Normalmente, a Amazônia é apresentada apenas pelo aspecto da floresta e dos rios, e por isso não se conhece a realidade e as particularidades urbanas do manauara. A cidade precisa se integrar à floresta como algo especial, mas não apenas com o ponto de vista da paisagem. O cinema tem grande força de enfraquecer esses estereótipos. Diziam que era impossível fazer cinema sem sair da região. E jamais saí"

Bernardo Abinader, diretor e roteirista de cinema

o valor do gesto gratuito da mãe natureza/que pare oferendas do pai criador".

A influência da floresta e o poder de observação lhe fizeram admirar os mais velhos e indígenas com os quais conviveu. Segundo Braga, o homem amazônico, na sua grande maioria, ainda não despertou para o valor da poesia sonora e paisagística. "Tenho registro de 43 municípios do Estado do Amazonas, e em todos eles os bancos de madeira em espaços públicos são colocados de frente para a rua e de costas para os rios", relata o poeta em trabalho de pesquisa realizado pelo INPA.

Para o artista, predomina uma negação social da paisagem - o que, em Manaus, adquire ainda maior dimensão, requerendo um especial processo de educação. "Fazemos a nossa parte na música", afirma o poeta, com sonho de percorrer o Igarapé do Mindu, da nascente à foz, para conscientização com palestras e shows, utilizando instrumentos musicais confeccionados por JP com materiais da floresta. "Queremos criar a primeira orquestra sinfônica do mundo com bioinstrumentos", revela Braga.

Da cuia que imita sons de sapo a sementes de vagens amazônicas que funcionam como chocalho, uma amostra das muitas possibilidades está cuidadosamente guardada em uma espécie de showroom na casa. São, ao todo, 70 peças, como instrumentos que reproduzem a vocalização de macacos guariba demarcando território. Madeiras inspiram tambores. O sopro na folha de manacá plagia o canto do tucano na mesma nota e frequência: "Isso resgata práticas antigas do interior distante, em que os músicos 'tocavam' em folhas porque não havia instrumento musical". Esses e outros materiais conferem a instrumentos de corda a sonoridade amazônica – potencial trabalhado

#### **Ausências**

De tanto ver manauara ficar de costas pro rio, falar que nem carioca negar o valor, o brio de ser filho desta terra sinto no peito um vazio.

Manaus, a Paris dos Trópicos boulevard de flamboyant não quer ser porto de lenha esqueceu seu deus Tupã. Trocou o gosto da ingá pelo sabor da maçã. Aprendeu comer churrasco, pizza com catupiri tucunaré à escabeche o peixe cru à sushi deixando lá de escanteio o caldo de jaraqui.

O dourado à milanesa é um dos pratos do menu faz à moda portuguesa cozido de tambaqui sem o toque primoroso do molho da murupi.

Não sabe que tucumã é palmeira com espinho muito menos descascá-lo como quem faz um carinho. Quando é recheio de pão passa a ser x-caboquinho. Farinha, só branca e fina, um pó que nem é daqui. A grossa machuca os dentes mal conhece a uarini torrada à forno de lenha prensada no tipiti.

Manaus enquanto cidade goza status de rainha mas quando cair em si adoecer e ficar sozinha não terá para remédio uma casa de farinha.

Celdo Braga

em cursos de percussão no Liceu de Arte Claudio Santoro, com plano de replicar o conhecimento e aumentar a conexão com os sons da floresta.

#### ΡΔΤΡΙΜΟΝΙΟ ΙΜΔΤΕΡΙΔΙ

Na Festa do Boi, seja na paixão pelo azul do Caprichoso ou pelo vermelho do Garantido, Manaus absorveu a tradição que marca a grandiosa "Ópera da Floresta" no mês de junho em Parintins (AM), a 370 Km da capital. Na metrópole, o espetáculo das torcidas ganha vozes cosmopolitas, mas é pelo paladar que o manauara é mais fisgado pelas heranças culturais da Amazônia. Apesar de importar de outras regiões brasileiras grande parte dos alimentos que consome, a capital manauara tem a alimentação recheada de simbolismos regionais. Um exemplo marcante é o x-caboquinho, sanduíche com polpa de tucumã, banana regional e queijo coalho – sem falar do consumo de peixes, como o popular jaraqui, tombado como patrimônio imaterial de Manaus, sobre o qual reza a lenda: "quem come não sai mais daqui".

O chef de cozinha manauara André Luiz Parente, o Dedé, dono de famosos restaurantes em Manaus, coloca o sabor da floresta em receitas que misturam tradição e contemporaneidade. De criação em criação, vêm lembranças sobre a existência da floresta ao redor, como é o caso das folhas de jambu que fazem tremer a boca em vários itens do cardápio. Ou, então, da apreciada ventrecha de pirarucu (a carne da barriga) autenticamente defumada para se transformar em algo semelhante ao bacon. "O plano é ajudar comunidades amazônicas que fazem o manejo do pescado na natureza a fazer também a defumação como forma de uma maior valorização do produto", revela Dedé.

Em região cheia de desigualdades, o lado social da gastronomia se destaca no trabalho do *chef*, como no apoio ao restaurante indígena Miskui, na comunidade Três Unidos, no entorno da capital. O projeto uniu oficinas de culinária e turismo para que um grupo de mulheres locais, marcadas por uma difícil história de exclusão, obtivessem renda com as delícias do conhecimento tradicional. Dedé compara: "Elas conservam a Amazônia como guardiãs nos quartéis".

No clima quente e úmido, os materiais de origem vegetal e a estética orgânica da floresta poderiam marcar uma relação mais íntima entre a metrópole e a natureza também na arquitetura. A vida real cosmopolita está bem longe disso, na urbanidade impregnada pela economia industrial e pelos olhares no que vem de fora, sem identidade própria desde os tempos áureos da borracha. Entretanto, para o arquiteto Sérgio Santos, nada está perdido; há inteligência para a mistura do orgânico com o sintético, da cultura de raiz com busca da praticidade e durabilidade de prédios e moradias na cidade moderna.

"Sofri preconceitos e críticas no passado, como se tivesse cometido um atentado ao progresso, mas aos poucos fomos conquistando elogios", conta o arquiteto,



O popular x-caboquinho é referência da origem na floresta

## **NA GASTRONOMIA**

"Sou manauara, amante da Amazônia, caboclinho do pé rachado. Enquanto muitos não dão valor ao patrimônio que temos e se trancam atrás dos muros da cidade, tento fazer a minha parte na cozinha dos restaurantes, divulgando a cultura regional. A inspiração vem muitas vezes da pesca esportiva, em que ficamos vários dias em contato com a natureza e com a realidade de comunidades tradicionais. Na capital, muitos não se dão conta sobre o que é derrubar árvore, porque há muitas por aí, ao lado. Olho para minha filha de cinco anos: tudo que eu fizer errado, ela é que pagará pela consequência"

André Luis Parente, o Dedé, chef de cozinha

## **NO ARTESANATO**

"Como filho de carpinteiro, aplico a tradição no artesanato que representa a fauna, em especial as arraias de madeira. O conhecimento é transferido aos jovens para ganho de renda. Não vendemos só peças, mas também as histórias por trás delas, e isso contribui para aproximar a cidade da floresta"

Célio Arago, artesão da comunidade Nova Esperança, município de Manaus

que tem a característica de trazer para a metrópole a arquitetura adaptada à realidade amazônica. Além da Torre do Musa, o Museu da Amazônia, Santos projetou a maloca do centro comunitário do Parque das Tribos (veja no capítulo 4), misturando aço a madeira de reúso tirada de barcos, além de grafites com temáticas indígenas, com patrocínio da Embaixada da França. "Devemos valorizar a estética das árvores, das sementes e dos paneiros, mas também fazer mais com menos, como se tivéssemos a última madeira para usar", afirma.

Da biodiversidade da floresta provém a inspiração para o sucesso do artesanato em peças de madeira produzidas pelo indígena baré Célio Arago, filho de carpinteiro construtor de casas e autodidata que aproveitou o conhecimento tradicional no novo negócio. Da comunidade Nova Esperança, Baixo Rio Negro, os produtos chegam à capital e de lá partem mundo afora no rastro das vendas em *marketplaces* de grandes redes de varejo na internet. O carro-chefe são as arraias esculpidas em madeira, um trabalho iniciado há uma década, após o artesão se mudar da periferia da capital para a tranquilidade do povoado de origem, onde atualmente mobiliza e ensina os filhos e outros jovens locais para repetir a história e obter renda no ofício.

"Muitos na cidade têm a visão que a vida na floresta é difícil, mas quando conhecem a nossa realidade mudam de opinião: temos escola, médicos, cultura que preservamos. Já os povos da floresta olham a cidade como oportunidade: incentivamos os jovens a ir estudar e voltar já formados para ajudar as comunidades. No passado, os mais velhos só iam para Manaus fazer compras e voltar, tirar documentos ou resolver burocracias; agora, os mais jovens olham como chance de um futuro melhor".

#### NO CAIS DO PORTO, HISTÓRIAS DE VIDA

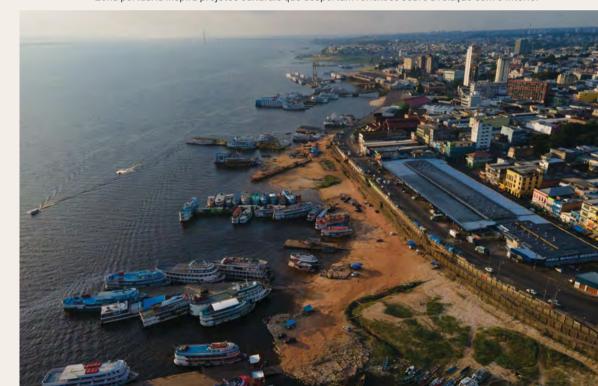
Símbolo desse vaivém de pessoas e produtos nos rios entre a capital e o interior, o chamado Porto da Manaus Moderna, à frente da mais popular feira da cidade, é porta de entrada e saída não somente para o fluxo do comércio, mas para as pessoas que carregam histórias de vida, planos, sonhos de mudança. Assim entranhado

no cotidiano urbano, à beira do Rio Negro, o lugar é cenário de pelo menos dois projetos culturais que ilustram a relação com a floresta.

O grande muro que margeia o rio, com as escadas de acesso aos atracadouros, se tornou espaço de trabalho para o artista plástico Luiz Antonio Ferreira no propósito de dar vida nova a um local abandonado e degradado pelo sobe e desce das águas. Ele coordenou um projeto de pintura de mural que decorou uma extensão de 700 metros daquele paredão com ícones da fauna, flora e povos da Amazônia. Da vitória-régia ao guaraná, da seringueira aos rostos de etnias indígenas, a iniciativa envolveu quinze artistas da cidade, bem ali à frente de quem embarca e desembarca no cais. "A ideia do painel, ao mudar as feições urbanas do lugar por meio da arte, foi despertar atenção e sensibilizar a autoestima da população para o valor dos símbolos amazônicos", explica Ferreira. "Falta educação para uma cidade mais amigável", completa, sem desanimar ao ver as pinturas já desbotadas pela ação natural das cheias e vazantes do rio.

Em outro projeto, o Porto da Manaus Moderna serviu de locação para o curta-metragem *O Barco e o Rio*, do diretor e roteirista manauara Bernardo Abinader, premiado no Festival de Gramado em 2020. O filme reforçou a figura de quem vive na maior metrópole da Amazônia ao contar o conflito de duas irmãs que cuidam de um velho barco na zona portuária – uma, mais conservadora e evangélica, quer permanecer ali; e a outra, de perfil mais alternativo, deseja se livrar das amarras e ir

Zona portuária inspira projetos culturais que despertam reflexões sobre a relação com o interior



**NAS ARTES PLÁSTICAS** 



"O escritor russo Liev Tolstoi (1828-1910), autor da obra-prima Guerra e Paz, cunhou a frase 'se queres ser universal começa por pintar a tua aldeia'. Foi isso que fiz com o projeto de pintar o muro de 700 metros no cais do Rio Negro, aonde as embarcações chegam e partem de Manaus para o interior da Amazônia. Quis chamar atenção das pessoas para os símbolos da fauna, flora e povos da floresta"

Luiz Antonio Ferreira, artista plástico

embora, fugindo das limitações da rotina e do sustento no lugar. "A história retrata o que acontece por sermos vulneráveis e esquecidos pelo Estado", revela Abinader.

Ele pergunta: "Como viver em uma cidade apartada do restante do País, isolamento pior do que em uma ilha, porque aqui estamos cercados de floresta e rios, e a questão não é só pegar um barco e atravessar para terra firme". Na busca por respostas, primeiro veio a experiência com o curta manauara urbano *Os Monstros*. Depois, na tentativa de vencer barreiras da produção audiovisual na região, surgiu a oportunidade para o primeiro filme profissional, selecionado em edital de apoio cultural da Prefeitura de Manaus, por meio da Manauscult. Após o sucesso de *O Barco e o Rio* nos festivais, a temática inspira o atual projeto de um longa-metragem sobre a vivência ribeirinha, "um lugar de dinâmica própria entre o urbano e o indígena, com ênfase nas contradições da influência evangélica".

Com formação em Letras e mestrado em Literatura e Cinema, o diretor se diz invisibilizado pela narrativa externa da Amazônia como natureza, o que ocorre mesmo na metrópole que abriga um polo industrial e digital e toda uma gama de serviços compatíveis com esse perfil. "Não há filmes sobre a vivência manauara e o caos do crescimento desordenado; apenas sobre o romantismo da floresta com indígenas sem capacidade de reação – um olhar raso, sempre no lugar comum", critica Abinader, hoje dedicado a apresentar uma perspectiva de dentro da cidade. "Quente e feita para carros, Manaus não é uma cidade para os fracos; o banho de rio é coisa de fim de semana, não do dia a dia, e o mato é para cortar e invadir".

## **NA ARQUITETURA**

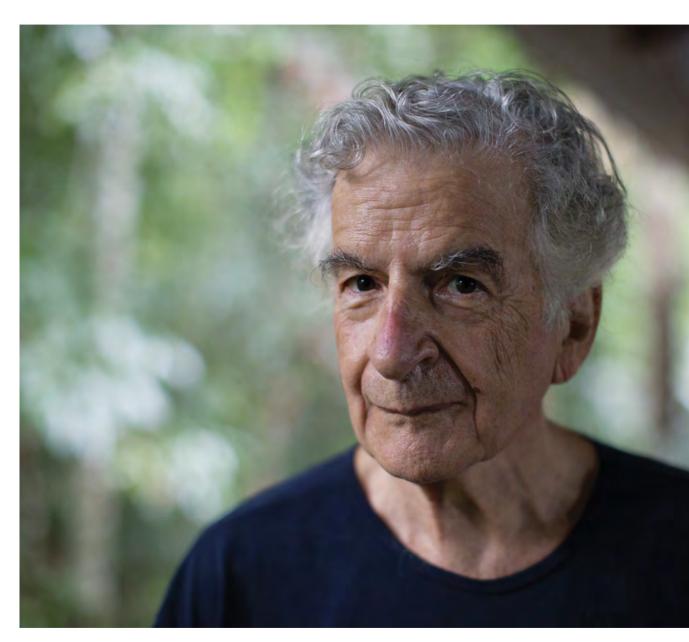
"Fui criado na beira do rio em família de donos de barcos de recreio, comuns no transporte de passageiros pela Amazônia. Quando garoto, viajava duas vezes por semana com os meus pais, e disso veio muita inspiração. Saudoso de quando tomava banho de igarapé no bairro da Glória, onde hoje é esgoto, me pergunto: e se tudo tivesse sido preservado como uma Amsterdã? E se as pessoas deixassem de dar as costas para o rio porque preferem ter ruas de frente para as casas? Devíamos harmonizar a cidade com a floresta, com mais parques e referências amazônicas, mas os governantes nunca tiveram essa visão"

Sérgio Santos, arquiteto



Desde os tempos da cabanagem, como colônia de onde se extrai mais do que se deposita ou entrega, a Amazônia sofre um processo de impactos que culminou na covid-19, em que os indígenas estiveram entre os que mais sofreram. A maior parte da população está sensibilizada e quer a conservação da floresta, mas busca explicações para entender o porquê da proteção. O papel de Manaus, hoje modelo baseado no crescimento econômico e não no desenvolvimento, é crucial. Falta maior engajamento do polo de indústrias: quem produz mais de 15 mil bicicletas por dia tem capacidade para essa contribuição. Os problemas nacionais exigem maior atenção à biodiversidade e, também, ao planejamento urbano. Necessitamos investimento e não discurso

> Ennio Candotti, diretor geral do Museu da Amazônia (Musa)



| 68 |

# MATAS DE CÁ FLORESTAS DE LÁ

Como o convívio urbano com a floresta e a cultura da sociobiodiversidade marca a relação entre metrópole e Amazônia ao redor

Com área de 100 hectares, o Museu da Amazônia (Musa) compõe um dos mais importantes remanescentes florestais da metrópole amazonense. Lá foram contadas 1.180 espécies de árvores e 139 de arbustos que integram o acervo da natureza. No caminho para um dos principais atrativos do Jardim Botânico, a torre de observação e seus 42 metros de altura, as trilhas antecipam no chão a beleza que se observa do alto. Ao fim da escadaria até o topo, uma placa avisa ao visitante: "Esse lugar é, de fato, muito especial, pois sua biodiversidade é altíssima em termos de Amazonia. É realmente incrível se pensarmos que estamos tão perto de Manaus".

De cima, junto à textura verde das copas das árvores, avista-se a mancha cinzenta da paisagem urbana, uma cidade que se espalha horizontalmente e tem ali uma das principais zonas de pressão sobre a floresta. "Estou aqui cuidando das barricadas, provando que sobreviver de teimoso é possível, porque precisamos ir além da marca Amazônia e ter mais propósito e efetividade, mobilizando o 'chão'", destaca Ennio Candotti, diretor geral do Musa – há doze anos em Manaus, após uma longa e reconhecida história de lutas pela democratização do País e pelo desenvolvimento científico na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

À frente do prédio da diretoria destacam-se instalações que representam a réplica de uma casa de farinha, mantendo vivo – para quem habita a cidade – o tradicional meio de sustento e segurança alimentar na floresta. No local, a exposição Aturás, Mandiocas, Beijus mostra o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, herança indígena transmitida de geração em geração sobre o processo produtivo de abrir a mata, queimar, plantar e deixar a floresta se regenerar, juntando saberes ancestrais masculinos e femininos.

O ingresso custa R\$ 30 para turistas e R\$ 15 para manauaras, com entrada livre às segundas-feiras, quando o museu chega a receber 1,2 mil visitantes diários — a maioria, de comunidades do entorno, por meio de convênios com escolas e universidades. É uma biblioteca viva para a prática de educação ambiental. "Se Manaus está de costas para a natureza é porque os desafios das florestas e das águas não foram incorporados às políticas públicas", aponta Candotti, ao lembrar o potencial inexplorado da biotecnologia. Isso ocorre, segundo ele, "porque nunca se conseguiu explicar o valor da botânica, que costuma estar na terceira divisão do campeonato".

A idealização do Musa surgiu após Candotti ter visitado museus e espaços de alto padrão que tratam a temática amazônica na Europa e sensibilizado o governo da época após o artigo que assinou na Folha de São Paulo sugerindo a necessidade de investimentos científicos de modo a formar "10 mil doutores para a Amazônia". Inaugurada em 2009, com o perfil jurídico de direito privado, a instituição ocupou área cedida como comodato pelo governo federal por 20 anos, com autonomia de receita e conselho gestor reunindo atores públicos e privados.

Atualmente o museu é reconhecido por projetos de pesquisa, como os de arqueologia e paleontologia, pelas exposições científicas e culturais que mobilizam uma variada rede de parcerias e pelo tesouro natural da grande floresta que tem sob o seu domínio e requer uma especial atenção no convívio com o meio urbano. Adjacente a zonas que sofrem os impactos da desigualdade social, como o bairro Cidade de Deus, a área natural enfrenta pressões contra as quais foi construída uma cerca de 8 km de extensão.

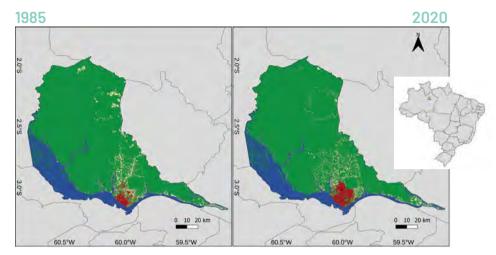
O Jardim Botânico, com a sua grande extensão de árvores, compõe a Reserva Florestal Adolpho Ducke, criada em 1963 em homenagem a um dos mais respeitados especialistas da flora amazônica. Com total de 10 mil hectares, pertencentes ao INPA, a área protegida é considerada a segunda maior floresta urbana do Brasil, atrás do Parque Estadual da Pedra Branca, no Rio de Janeiro, com 12,5 mil hectares.

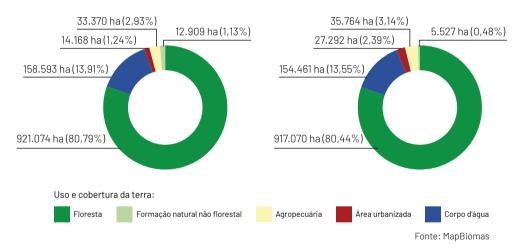
Além desse fragmento gigantesco, também a área onde funciona a sede e os laboratórios do INPA, no bairro Petrópolis, representa um refúgio da natureza na cidade, onde o Bosque da Ciência – com 13 hectares de mata nativa voltada à divulgação científica, educação e lazer – é aberto à visitação pública. Ao mosaico verde urbano se somam os 600 hectares da floresta da Ufam, protegida pela comunidade acadêmica como cenário de pesquisas e ilha de vegetação natural que alivia o calor do asfalto.

De acordo com o MapBiomas, o município de Manaus possui 80% do território coberto por floresta, concentrada na zona rural. A zona urbanizada ocupa apenas 2,3% da área total, mas representa o dobro de três décadas atrás. Nela, as manchas verdes também incluem o Parque Municipal do Mindu, um dos mais expressivos cursos d'água da área urbana, símbolo da poluição. São 12 áreas protegidas sob

# CIDADE EM EXPANSÃO

Área urbana dobra de tamanho em 35 anos





Há floresta em zona urbana de classe média e em áreas de ocupação espontânea de baixa renda, e os sentimentos em relação ao verde são opostos

Henrique Pereira, coordenador do Atlas ODS Amazonas, da Ufam

gestão municipal na zona urbana e rural. Entre elas, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé, que abriga populações tradicionais e remanescentes florestais com praias de areia branca à margem das águas escuras do Rio Negro.

Um diferencial é a política pública municipal que permite a criação de reservas privadas em área urbana – hoje, no total de seis áreas. "É um ponto positivo em meio à realidade da cidade", observa Henrique Pereira, coordenador do Atlas ODS Amazonas, da Ufam. Dados do projeto indicam desmatamento em torno de 1,26 mil km² no município, em 2019, com baixo crescimento fora da zona urbana, principalmente devido à existência de áreas protegidas.

A região não representa uma fronteira agrícola em expansão. "Contraditoriamente, sendo uma cidade na floresta, Manaus tem um dos piores índices de arborização urbana dentre as capitais do País, decorrente de vários fatores, como a cultura de não haver calçamento e meio-fio com largura suficiente para o plantio de árvores", avalia Pereira.

### PROTEGENDO A "ÁRVORE DA VIDA"

A multiplicidade de floresta ao redor contrasta com as poucas árvores nas ruas. Em cenário de paradoxo, o convívio com o verde muitas vezes não ocorre na frente das casas, mas atrás, nos quintais urbanos – abundantes, sobretudo com frutíferas nativas, em zonas menos densamente ocupadas, observa Pereira. "A relação dos manauaras com as florestas urbanas pode gerar sentimentos e percepções diametralmente opostos: em áreas de urbanização precária, predomina a topofobia (aversão ao local), principalmente porque os fragmentos florestais são associados à criminalidade e insegurança. Ao contrário, nos bairros planejados, os moradores são mais positivos e abertos à defesa da floresta".

Tanto é que duas áreas de Manaus, por exemplo, foram transformadas em áreas protegidas devido à pressão política exercida por esses grupos de vizinhança, como é o caso do Parque Municipal do Mindu e do Parque Estadual Sumaúma – a menor das unidades de conservação estaduais do Amazonas, criada em 2003, com 53 hectares. Em meio ao conglomerado urbano, a área protege um símbolo da biodiversidade da Amazônia, chamado carinhosamente "árvore da vida". Com até 70 metros de altura, quase um edifício de 24 andares, a sumaúma pode viver mais de 120 anos e proporciona benefícios medicinais únicos. Não à toa, é sagrada para os povos tradicionais da floresta. No parque manauara, a "mãe das árvores" ou a "escada para o céu" é instrumento de educação ambiental.

"Tentamos salvar o que foi possível, mas muitas vezes não dava tempo, porque as invasões tomavam conta das terras e derrubavam tudo quase da noite para o dia", conta Augusto Leite, presidente do Instituto Sumaúma. Ele migrou do interior para Manaus, na década de 1980, e encontrou raros fragmentos de floresta próximos à

Como pioneiros nesse desafio de proteger floresta em meio à cidade, nos sentíamos sozinhos. Agora, queremos plantar mudas e expandir o trabalho para outros bairros da cidade, porque o sonho continua, e devemos recuperar o tempo perdido

Augusto Leite, presidente do Instituto Sumaúma



área loteada para acolher a expansão urbana, no Conjunto General Figueiredo, já com 1,8 mil casas. Lá, mais tarde, se iniciou a luta pela criação do parque, espaço vivo para ações de educação ambiental: teatro de fantoches e gincanas visando criar uma boa relação de crianças e jovens com a natureza.

A esperança aumentou após a chegada de um shopping center e a cidade ter sido escolhida como uma sede da Copa do Mundo da FIFA, com as promessas de recursos para melhorias na área, prevendo centro de visitantes e atrativos cenográficos, como figuras mitológicas da Amazônia – hoje já deterioradas na área, necessitando revitalização. As lições do passado mostram que a história não deve parar. "Foi uma jornada difícil e às vezes frustrante, porque o próprio poder público contribuía com a degradação", conta Leite. "Sem a existência dessas atividades, ninguém saberia sobre a existência do parque".

Para a pesquisadora Rita Mesquita, coordenadora de extensão do INPA, a floresta representa uma relação de amor e ódio em Manaus: "Embora não muito explícito, esse convívio ou relacionamento é mais forte do que imaginamos e do que as pessoas admitem; está presente no imaginário". É uma visão diferente da que é habitualmente expressada por forasteiros e manchetes nos noticiários que destacam a exuberância da floresta e os males dos impactos, uma narrativa – na opinião da pesquisadora – não muito popular para os manauaras.

"Há uma inegável contradição, porque a natureza na cidade não está aqui onde estou, mas aonde vou", analisa Mesquita, radicada há 30 anos na capital, período no qual constatou o crescimento urbano não acompanhado pelas políticas públicas de planejamento. "Não há cuidado com o lixo, mas a árvore do vizinho é vista como risco ou fonte de sujeira com folhas", ilustra. Em sua análise, "há delicados processos sociais envolvidos, cujas mudanças não ocorrem de um dia para o outro, até

A sociedade não pode se calar: na crise da pandemia, não podemos perder a oportunidade de estabelecer conexões com a floresta. É preciso tornar espaços de contato com o rio e a natureza mais acessíveis, e não apenas para uma elite

Rita Mesquita, coordenadora de extensão do Inpa

porque a migração do rural para o urbano é muito recente na sociedade brasileira".

A questão dos resíduos é emblemática, segundo Mesquita, pelo fato de a Zona Franca de Manaus ter centenas de indústrias sem sistema de reciclagem à altura. "Não reciclamos, por exemplo, o vidro, e não há qualquer preocupação ou movimento para isso", lamenta. De igual modo, apenas 20% do esgoto do município é tratado antes do despejo do meio ambiente, um problema comum às cidades amazônicas, e o odor que exala por bueiros não interfere na escolha de governantes. Ela pergunta: "Diante dessas questões entranhadas, como fazer a cidade se virar para a natureza?".

#### SAUIM-DE-COLEIRA, O MASCOTE

Um dos marcos da relação entre a metrópole manauara e a floresta foi o movimento de salvar o sauim-de-coleira (Saguinus bicolor), primata mascote de Manaus, criticamente em perigo de extinção. Só existente na região, a espécie sofre intensa pressão pela redução do habitat natural para ceder lugar a casas, indústrias e plantações. As ameaças levaram, em 2015, o casal Maurício Noronha e Deyse Campista a mobilizar atores em diversos campos – empresas, pesquisadores, poder público, ONGs, escolas – para a sensibilização da sociedade e a criação de mecanismos de proteção. "Um dos gargalos da conservação é a baixa visibilidade: a maioria da população não sabe que a espécie existe, muito menos que está ameaçada", explica Noronha, fundador do Instituto Sauim-de-Coleira.

Em 2021, a instituição lançou um novo livro educacional infanto-juvenil sobre o animal, encontrado em uma área de 7,5 mil km², nos municípios na Região Metropolitana de Manaus, Rio Preto da Eva e Itacoatiara, até os limites entre os rios Cuieiras e Urubu, na direção das rodovias BR-174 e AM-010. Desde a década de 1980, estima-se uma redução acentuada das populações da espécie com a perda de 250 quilômetros quadrados de habitat por ano.

Após a articulação de várias organizações, com participação do Ministério

Para muitos perdura o sentimento de que a floresta é um recurso inesgotável, mas a realidade do sauim-de-coleira tem mostrado o contrário

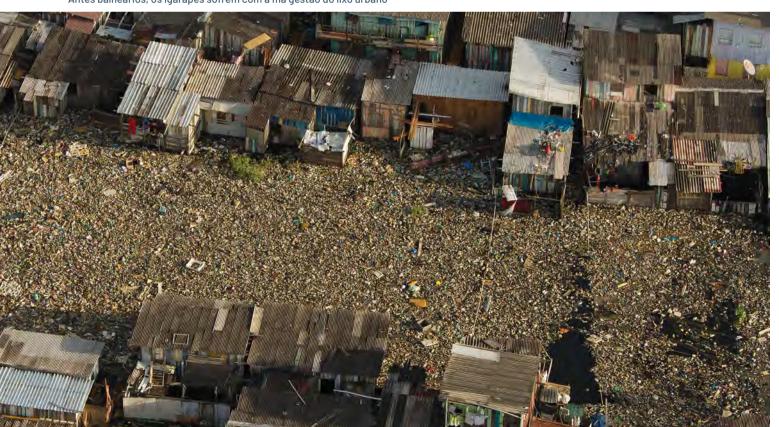
Maurício Noronha, Instituto Sauim-de-Coleira



Público, a agenda ganhou uma dimensão histórica com o mapeamento de zonas prioritárias para o trânsito da espécie nos fragmentos e maciços de floresta, além da proposta de criação de novas áreas protegidas. Um dos resultados foi o estabelecimento do Corredor Ecológico do Sauim-de-Coleira, que acabou se convertendo na Área de Proteção Ambiental (APA) Sauim-de-Coleira de Manaus, concretizada em 2018, com cerca de 1 milhão de hectares.

Além da área protegida municipal, há o projeto de uma APA estadual de 211 mil hectares no município de Itacoatiara, Região Metropolitana. No nível federal, fruto da campanha de mobilização em Manaus, o Plano Nacional de Ação para Proteção do Sauim-de-Coleira, estabelecido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), reforçou as estratégias ao prever a inserção de pelo menos 30% da área de distribuição do animal em parques e reservas. O objetivo atual é a criação de um plano de manejo sustentável visando a coexistência de ocupações urbanas e áreas verdes, na luta para salvar a espécie enquanto é tempo. Manaus tem a oportunidade de corrigir erros de outras grandes capitais na relação com a biodiversidade: "É importante observar a dinâmica social de conversão da floresta, dentro e ao redor da cidade, considerando as pessoas", afirma Noronha.

#### Antes balneários, os igarapés sofrem com a má gestão do lixo urbano



#### SOCORRO PARA OS IGARAPÉS

Entre os elementos da natureza que povoam a convivência de Manaus com a natureza, um em especial se destaca no vocabulário e na memória afetiva dos moradores: os igarapés. São cursos d'água amazônicos constituídos por um braço de rio ou canal que corre no interior da mata. Importantes na drenagem natural da chuva, funcionam como corredores ecológicos, ligando fragmentos florestais e facilitando o fluxo gênico da fauna e flora. No entanto, na capital manauara, os igarapés simbolizam o drama dos impactos ambientais e da desigualdade social.

Antes usados para lazer, navegação e pesca, hoje quase todos os 150 igarapés da cidade estão poluídos com lixo e outros rejeitos, além do desmatamento das margens. Especialistas alertam que pode levar até 30 anos para recuperá-los; e alguns já são considerados "mortos" - consequência da expansão urbana desordenada, a partir da década de 1970, com a chegada de fluxos populacionais em busca de empregos nas fábricas, nas lojas e nos serviços que se instalavam como suporte à economia industrial. Sem opção de moradia, ocupou-se a beira dos riachos: dados não oficiais indicam que Manaus possui atualmente cerca de 70 mil habitações em faixas marginais dos cursos d'água, onde vivem aproximadamente 300 mil pessoas. São, sobretudo, palafitas precárias em áreas sem saneamento e sujeitas a inundações.

É preciso reduzir os impactos com urgência para viabilizar a recuperação, e a sociedade tem que entender a relevância desses cursos d'água

Sávio Filgueiras Ferreira, pesquisador do INPA

O aquecimento global, com maior frequência de eventos climáticos extremos, agrava o cenário de impactos. "Não há planejamento e a sociedade não contribui", adverte Sávio Filgueiras Ferreira, coordenador da área de dinâmica de ambientes no INPA. Morador de Manaus desde 1977, quando frequentava com a família os balneários do bairro Parque 10 com igarapés limpos e cristalinos, o pesquisador enfatiza que a degradação não parou. "O que era para ser útil e valorizado, ninguém quer", lamenta. Ele reforça: "Necessitamos de gestores públicos que ousem, assim como fez o ex-prefeito de Seul, na Coreia do Sul, ao revitalizar o rio poluído que cruza a cidade e ser posteriormente eleito presidente do país".

Segundo Ferreira, estudos em áreas que deixaram de ser impactadas em Manaus comprovam que a virada de chave é possível. Mas há outra complexidade, pesquisada por ele: sem abastecimento público nas zonas de ocupação irregular, a perfuração exagerada de poços artesianos pelos moradores provoca o contínuo rebaixamento do lençol freático, interferindo na captação da água da chuva que nutre os igarapés.

A malha hidrológica da cidade pede socorro, como nos casos do Igarapé do 40 e do Igarapé Educandos – o maior de Manaus e o mais emblemático pelas imagens chocantes do tapete de lixo flutuante formado na estação seca, antes de desaguar no Rio Negro. O desafio não é novo. Na década de 1960, a precariedade das condições sociais e ambientais levou à demolição da chamada "Cidade Flutuante" – um bairro inteiro de palafitas sobre as águas do Rio Negro, na zona central da cidade, considerado pelo então governador como "vergonha para a civilização e desenvolvimento de Manaus". À época, já eram 2 mil casas com cerca de 12 mil moradores. Conta-se que a primeira delas foi construída em 1920 pelo paraibano João Aprigio, que fugiu com mulher e filhos da seca no sertão nordestino. O sonho da borracha caiu por terra na crise econômica da época. Ele cortou toras de árvores na floresta e as carregou pelo igarapé até o local escolhido para erguer a casa sobre a água após vinte dias de trabalho.

Além das ações na Cidade Flutuante, muitas décadas depois, o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim), criado em 2003, retirou moradores de alguns desses locais para alojamento em conjuntos habitacionais, com a requalificação urbana da área. Após três etapas, o programa foi encerrado em 2021, proporcionando o reassentamento de quase 29 mil pessoas dos igarapés do 40, Mestre Chico e São Raimundo. No entanto, sem ações preventivas e estruturantes mais amplas em setores como o planejamento urbano e o tratamento de esgoto, a degradação dos cursos d'água permanece crescente.

"O quadro é agravado pela falta de gestão do lixo, uma vez que a Política Nacional de Resíduos Sólidos não avançou como se previa; é uma responsabilidade não só da população, mas das empresas", aponta a bióloga Érika Schloemp, criadora do





Por conta da qualidade da água, os balneários em condições apropriadas para o lazer estão cada vez mais distantes da cidade



Érika Schloemp, ambientalista e criadora do grupo Nossos Igarapés Urbanos em Perigo

| 80 | | | 81 |

grupo Nossos Igarapés Urbanos em Perigo, no Facebook, com notícias, campanhas e denúncias. A iniciativa surgiu após a ambientalista ter conhecido as histórias de seu Bebé, o último tracaieiro que fazia a travessia dos moradores quando não havia pontes no igarapé do antigo bairro São Raimundo.

"Acordando cedo para assistir aqui ao lado do Conjunto Jornalistas um monumento à ganância e ao desrespeito ao meio ambiente da minha cidade. A obra estava embargada até o ano passado, porém, em dezembro, durante o recesso da Justiça, o caso andou na mais completa discrição e um juiz liberou a obra mais uma vez", escreveu a bióloga em um dos posts nas redes sociais.

A vegetação ao longo dos cursos d'água é protegida pela legislação federal como Área de Preservação Permanente (APP), mas o apetite econômico – além das questões culturais dessa relação – normalmente se sobrepõe. Não à toa, a luta pela proteção chega ao Ministério Público e vai parar na Justiça, como foi o caso das ameaças de empreendimentos ao Igarapé dos Franceses.

O cenário motiva ações de sensibilização ambiental, como no Igarapé Água Branca, visto como o último curso de água ainda limpo de Manaus, próximo ao aeroporto, onde a ONG Mata Viva mobiliza moradores para plantio de mudas e outras atividades para salvar o que restou. "O desafio afeta pobres e ricos, como no igarapé Tarumã-Açú, uma rara fronteira verde que está sob o impacto do lixo e esqoto de condomínios de luxo", avalia Schloemp.

# REMADA CONTRA A POLUIÇÃO

A região é reduto dos famosos flutuantes – bares e restaurantes instalados sobre a água para lazer, banho de rio e até festas noturnas de música eletrônica. Na área, o manauara Jadson Maciel, o Jajá, proprietário de um flutuante, mobiliza campanhas para proteger o meio ambiente como condição de sustentabilidade para o próprio negócio. Um sábado ao mês, a Remada Ambiental reúne voluntários para a coleta de lixo das águas, sensibilizando para novas atitudes e ações da sociedade civil e do poder público contra o problema.

"Tínhamos o hábito de fazer remadas sobre pranchas, caiaques e botes para ver o nascer do sol após as noitadas e víamos uma grande quantidade de resíduos flutuando à nossa frente", conta o empreendedor, que transformou o passeio em ação ambiental. A ideia é chamar atenção para a poluição levada dos bairros da cidade pelo fluxo dos córregos, o que exige sensibilizar a população de um amplo território de origem dos resíduos, para além da área dos balneários de destino.

Incentivado pela irmã que estava de férias em Manaus e tem doutorado em resíduos urbanos, Jajá decidiu não fazer vista grossa para o que via à sua frente. Na primeira ação, foram 80 sacos de 100 litros com todo tipo de dejeto, principalmente plásticos. "No dia seguinte, vimos que o lixo estava lá novamente e descobri

44

Antes, os moradores daqui nos achavam um bando de doidos sem ter o que fazer e agora ajudam todos os meses com barcos e gasolina. Em troca, cuidamos das águas, ou seja, do quintal deles. Falta o barulho chegar nas áreas da cidade onde o lixo é produzido e descartado

Jadson Maciel, empreendedor e idealizador da Remada Ambiental



no Google Maps o caminho que fazia pelos igarapés, nos vários bairros da cidade até chegar aqui", conta. Sem esmorecer, buscou parcerias de empresas, instituições e outras iniciativas ambientais, como o Projeto Igarapés Limpos, de modo a dar amplitude à mensagem das remadas, assim aumentando o raio de influência na cidade. "Além das comunidades locais do Tarumã, chegamos à associação do comércio, cooperativas de reciclagem e prefeitura, com repercussão positiva em programas de TV", revela Jajá.

Até 2021 foram realizadas mais de 50 edições da Remada Ambiental, mobilizando 50 voluntários, além dos banhistas e donos dos flutuantes, estabelecimentos que nos últimos anos explodiram em número. Já são 792 apenas no Tarumã-Açú — cerca de 70% irregulares, sem o devido controle ambiental. A questão sensibilizou o Ministério Público, que impôs regras de ordenação. Ao mesmo tempo, o Comitê da Bacia Hidrográfica, do qual Jajá é uma liderança, realiza um plano com base na capacidade de uso. "Nunca imaginei que as ações de limpeza nas remadas gerassem tantas parcerias e resultados positivos", celebra.

## ENCONTRO DAS ÁGUAS, O "BEIJO" MULTICOLORIDO

No exato local onde as águas pardas do Rio Solimões encontram as escuras do Rio Negro, em meio ao verde à frente da metrópole amazonense, uma área es-





tratégica é palco de educação ambiental para um novo comportamento diante da floresta. Com 52 hectares, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Dr. Daisaku Ikeda traduz o sonho de um pacifista, filósofo, escritor, poeta, e também um conservacionista, que nunca esteve na Amazônia, mas sempre teve um olhar profundo para a importância desta região e sua biodiversidade. Aberto ao público, o refúgio recebe pesquisas científicas e ações práticas de reflorestamento capazes de serem replicadas. No projeto Sementes da Vida, por exemplo, uma árvore é plantada para cada criança que nasce na maternidade pública Moura Tapajós, em Manaus. Junto com a certidão de nascimento do bebê, os pais recebem um certificado de plantio, emitido com o nome do filho ou filha, identificando a espécie e sua geolocalização – iniciativa realizada em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no programa Corregedoria Mais Verde, além de universidades e outras instituições.

Ações assim engrossam as vozes em defesa do Encontro das Águas, ícone das belezas naturais de Manaus que protagoniza o debate sobre a construção de um novo complexo portuário para escoar a produção do polo industrial e sobre os riscos socioambientais inerentes à obra. A questão tem sido alvo de ações na Justiça após o tombamento da área pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 2010, reconhecendo o alto valor paisagístico e cultural dos mais de 10 km em que é possível observar as águas escuras e transparentes do Rio Negro correndo ao lado das águas turvas e barrentas do Rio Solimões.

De um lado está a justificativa do Estado do Amazonas para a importância econômica do empreendimento, liderado pelo Grupo Simões. De outro, os argumentos dos movimentos ambientalistas e sociais reforçando a proteção, com participação efetiva do Ministério Público na busca de uma solução. Após uma década, o processo chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), que adiou a decisão por seis meses para dar nova chance a avanços nas tratativas, com previsão de um desfecho em 2022.

"Ninguém discute mais o tombamento, porque não há razões técnicas para discordar", afirma Daniel Viegas, chefe da Procuradoria do Meio Ambiente da PGE--AM. "O desafio atual é proteger comunidades tradicionais do entorno que utilizam a área para o sustento desde tempos ancestrais", revela o procurador. Está na mesa a proposta de criação de uma unidade de conservação de uso sustentável pelo governo estadual. No entanto, ele defende o modelo de um "mosaico biocultural", com a abertura de um diálogo democrático capaz de influenciar a gestão do território como um todo.

"A discussão não se restringe à obra de um porto, mas engloba, de maneira mais ampla, a expansão da Região Metropolitana", explica Viegas na esperança de envolver maior número de atores – também do poder público federal – no acordo. A solução

poderá abrir espaços a investimentos da prefeitura de Manaus, como o uso público do Mirante da Embratel, planejado para a revitalização da área. "Todos ficam amarrados enquanto a questão não se resolve", diz o procurador.

À frente do Encontro das Águas, a lendária Ilha de Marapatá guarda simbolismos da relação entre a capital e a floresta. De origem africana, o nome significa "alpendre", "varanda", espaço aberto na fachada de uma casa que dá acesso ao interior. E não poderia ser mais sugestivo. O lugar, também chamado "Ilha da Consciência", é famoso pela lenda segundo a qual o forasteiro que chega à região pelo rio deixa a moral e a vergonha por lá antes de aportar em Manaus. Ou seja, o viajante anula a sua ética e raízes culturais para assumir uma nova identidade, modificada pelos hábitos do lugar. O escritor Euclides da Cunha fazia referência à ilha nos relatos sobre a Amazônia, ironizando a crença de que "ali, o recém-chegado deixa a consciência". Mário de Andrade, em Macunaíma, escrevia: "No outro dia, Macunaíma pulou cedo na ubá (canoa indígena) e deu uma chegada até a foz do Rio Negro pra deixar a consciência na Ilha de Marapatá, deixou-a bem na ponta dum mandacaru de dez metros, pra não ser comida pelas saúvas".

### SONHOS E DESAFIOS NA FLORESTA DO ENTORNO

Para além da mancha urbana, espraiando-se por entre rios e ramais de estradas, o imenso território da Região Metropolitana de Manaus mantém comunidades que guardam o conhecimento tradicional de convívio com a floresta e, ao mesmo tempo, se abrem aos benefícios que a modernidade e a proximidade da cidade grande têm a oferecer. A aldeia indígena Três Unidos, no Rio Cuieiras, é cenário de uma nova história para a etnia kambeba, após o deslocamento de famílias desde a longínqua região de origem, no Alto Solimões próximo à fronteira com o Peru, para a atual área no entorno da capital.

No local, o jovem Tailo Pontes, com nome indígena Xiriri, que significa "gafanhoto", tem fome de agarrar oportunidades para a conquista de reconhecimento, autoestima e um futuro diferente em relação ao que se apresenta para muitos "parentes" em territórios reféns de atividades predatórias, ilegalidades e violência na floresta. O caminho para Tailo, aos 17 anos, está na chance de evoluir como atleta profissional e ganhar o mundo a partir de uma velha tradição indígena: a canoagem.

"Quero dar melhores condições de vida para a família", ressalta o rapaz, representante de uma nova geração kambeba na saga de superações que transformou a comunidade Três Unidos em referência de ações socioambientais. Os avanços na saúde, educação e empreendedorismo, por meio de parcerias, se tornam viáveis – entre outros fatores – pela facilidade de logística devido à proximidade com a capital, distante cerca de uma hora e meia de lancha.

"Um dia, estava cortando lenha para minha mãe, e me avisaram para ir à beira



44

É um grande motivo de orgulho se reconhecer como indígena, com a oportunidade, quem sabe, de representar o Brasil nas Olimpíadas. É uma chance de dar melhores condições para a família e maior valorização e visibilidade para a nossa comunidade, afastando preconceitos e trazendo mais apoio

Tailo Pontes, atleta indígena de canoagem na comunidade Três Unidos

| 86 |

do rio porque um barco de Manaus tinha chegado com novidades", conta Pontes. A bordo estavam instrutores de canoagem que iniciavam o projeto de caça-talentos em comunidades ribeirinhas e indígenas da região, dentro de uma iniciativa da Confederação Brasileira de Canoagem, apoiada pela Fundação Amazônia Sustentável (FAS).

Após lições básicas de como entrar na canoa e remar, os instrutores deixaram na aldeia um conjunto de caiaques olímpicos do tipo k1 para treinamento inicial. "A rotina dos treinos, com três horas diárias pela manhã, começa após 7 horas, porque mais cedo há riscos do mosquito da malária", afirma Tailo, com desempenho de um veterano pouco tempo após as primeiras remadas.

Na comunidade, foi uma grande emoção assistir na TV a façanha do baiano Isaquias Queiroz nas Olimpíadas de Tóquio, e agora Tailo e demais ribeirinhos e indígenas do projeto querem repetir a história de sucesso dos jovens locais que, há poucos anos, se engajaram nos treinamentos com arco e flecha e chegaram a competições interacionais de tiro com arco. Como destaque, a indígena Karapanã Graziela Santos saiu da comunidade Nova Kuanã, na vizinhança de Manaus, e tornou-se campeã sulamericana em 2018 – além de representante do Brasil para a modalidade nos Jogos Panamericanos de Lima, um ano depois.

De remada em remada, é a vez da canoagem cavar espaços para novos sonhos agora que a internet permite o ensino à distância e dá asas aos planos de Tailo:

"Quero também ser técnico em enfermagem e ajudar na saúde da comunidade sem precisar ir embora para a capital", revela o filho de mãe cozinheira e pai trabalhador em serviços gerais na escola. O artesanato, agora turbinado pelo atrativo dos atletas indígenas com produção de miniaturas de canoa e remos de madeira, é uma atividade comum a quase todos na aldeia, aberta aos turistas nas quartas-feiras.

No fim de cada mês, moradores indígenas viajam em barco de linha para pegar o auxílio do Bolsa Família em Manaus, mas a pandemia de covid-19 ensinou sobre a importância de ficar na reserva e depender menos da capital. "Foi um momento difícil, em que precisávamos de apoio para a comunidade não abandonar a área", revela Neurilene Cruz, enfermeira e empreendedora na aldeia Três Unidos.

No auge do contágio espalhado pelo interior a partir da capital, medo e preocupação assolaram a comunidade, na qual praticamente todas as famílias foram infectadas e obrigadas a mudar hábitos para total isolamento. Além da assistência à distância por telessaúde, o conhecimento tradicional da medicina indígena ajudou na batalha: "Todas as famílias passaram a tomar um chá de folha de maracujá, boldo, jambu, mangarataia (gengibre), urubucaá e mel", conta Cruz.

De nome indígena Miskui, que significa "mel", ela tem, na área, uma longa história de liderança, herdada do pai, o cacique Valdemir Triukuxuri. A empreendedora mobilizou mulheres indígenas para criar um restaurante comunitário aberto a



Reconhecemos
o quanto somos
valorizados por
sobreviver da
floresta e, ao memo
tempo, cuidar
dela, com apoio de
instituições

Neurilene Cruz, técnica em enfermagem e empreendedora na comunidade Três Unidos turistas com iguarias amazônicas, cuja renda permitiu que investisse em novos rumos profissionais, inclusive na formação em saúde.

"A pandemia demonstrou a incapacidade da capital para as demandas de saúde do interior", aponta Cruz. Ela montou uma taberna como filão de negócio diante do menor deslocamento das famílias para a compra de gêneros de primeira necessidade na cidade grande, mas avançar nas atividades produtivas requer superar barreiras.

Apesar da localização próxima à metrópole, a comunidade não tem acesso à rede elétrica e depende das limitações do gerador a diesel e seus custos. O desafio tem atraído projetos de energia solar, visando maior acesso a bens duráveis e água gelada. De toda forma, a estrutura atual da aldeia, com duas escolas, posto de saúde bem equipado, estação de reciclagem, restaurante para visitantes, e até o novo galpão com os caiaques da canoagem, é bem diferente da realidade do passado. "Quando as famílias indígenas chegaram aqui pela primeira vez, em 1991, a situação era de exploração desenfreada pela caça, pesca e derrubada de madeira", conta Cruz. Agora, o cenário mudou: "A próxima pandemia pode ser muito pior para a população até das grandes cidades se não estivermos aqui para cuidar da floresta".

Para a indígena, a questão vai além de olhar ou não para os povos da floresta dentro do município, mas olhar e não ver. "Muitas vezes, o sentimento é de que não existimos — invisibilidade que seria maior não fosse a proximidade de Manaus", revela Cruz. A exceção ao esquecimento é "quando chegam os políticos querendo votos em época de eleição".

Quem trabalha rotineiramente no transporte entre Manaus e o entorno conhece bem a relação entre esses dois mundos. "Nas comunidades ribeirinhas situadas em unidades de conservação, há melhor infraestrutura do que muitos bairros da capital", afirma Ezequias Carneiro de Oliveira ao desembarcar na Marina do David — ponto

Como barqueiro, vivo em Manaus e tenho orgulho de apoiar a conservação da floresta ao transportar professores, enfermeiros e outros profissionais que ajudam na melhor qualidade de vida nas comunidades ribeirinhas

Ezequias Oliveira, piloto de lancha no Rio Negro



A floresta até consegue viver sem a gente, mas a gente não consegue viver sem ela. Meus avós sofreram muito preconceito e não passaram a cultura tradicional para os filhos com medo de que o mesmo ocorresse com eles. Na escola, junto com as lições para recuperar a língua materna e o artesanato, comecei a atirar com arco para brincar, por causa do que se falava sobre os jogos indígenas, e acabei ficando. Não é um sonho impossível

Graziela Paulino dos Santos, indígena campeã sulamericana de tiro com arco, em 2018

90 |

de saída e chegada das embarcações que servem povoados no Rio Negro. O piloto de lancha, morador do bairro Nossa Senhora de Fátima, às margens do igarapé Tarumã-Mirim, sente na própria pele o modo como a metrópole vê a floresta: "Falta um olhar mais digno dos governantes". Sem coleta regular, o lixo do bairro acaba queimado no fundo dos quintais. E, para ter água, cada qual precisa cavar o próprio poço; não há fornecimento público.

Há 10 anos, Oliveira migrou da Reserva Extrativista Médio Purus, em Lábrea, no Sul do Amazonas, em busca de oportunidades na capital. Antes de tirar a habilitação como piloto, trabalhou na construção de barcos. "Manaus está geograficamente conectada com a floresta, mas poucos cuidam", reforça o barqueiro, lembrando que a periferia urbana, muitas vezes, é como terra sem lei.

#### O "SOPRO" DO CURUPIRA

A região do Baixo Rio Negro, no município de Manaus e arredores, é cenário rotineiro de navegação para Oliveira, diante da logística demandada por instituições e projetos socioambientais. Na praia do Iluminado, apreciado balneário de areias claras e águas cristalinas em meio às belezas naturais, o barqueiro atraca a lancha e já aponta para o maior inimigo: o lixo descartado na área pelos turistas que chegam, muitas vezes, em iates de luxo. Na vizinhança, a comunidade ribeirinha do Tumbira, inserida no município de Iranduba, Região Metropolitana, é vitrine de histórias sobre a relação entre o homem e a floresta. "Na paixão, fazemos muitas loucuras, mas ela acaba. E daí desperta o amor, que cuida", ressalta Roberto Brito, ex-cortador de árvores que encontrou uma luz na escuridão da floresta. Ele trocou a derrubada de madeira, antes única alternativa de subsistência, pela conservação da natureza em pé – essencial à nova atividade que sustenta a família: o turismo comunitário.

A área foi transformada, em 2008, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro, com políticas estaduais de apoio a atividades de baixo impacto, mas, antes disso, o dono do restaurante e pousada Garrido viveu um difícil passado que faz questão de contar: "Era muito sofrimento na mata para o corte das árvores, com vários perigos, além da exploração predatória pelos comerciantes de madeira ilegal, vendida para a construção civil".

O crescimento urbano de Manaus, além da madeira remetida para consumo em São Paulo e outras regiões do País, foi um dos motores do desmatamento no passado. "No ápice da exploração, até a criação da reserva, nossa relação com a capital era distante: o barco dos madeireiros ficava fundeado na comunidade para a troca da nossa madeira por mercadorias trazidas da cidade, em condições injustas de valores. Eles não deixavam os extrativistas irem junto com a carga até o destino final de venda para que não constatassem as diferenças dos preços de revenda e se rebelassem. O mundo da metrópole não existia para nós", relata Brito.



Antes, quando derrubava madeira, esquecido e jogado floresta, eu sobrevivia. Hoje, eu vivo. Vivo com qualidade de vida muito melhor e de maneira sustentável. Não imaginava que o turismo fosse resolver minha vida, mas ele me ensinou várias coisas. Hoje, vejo a floresta de outra forma, vejo vida e esperança no verde, que é a salvação – primeiro, para nós dentro da comunidade; depois, para o planeta

Roberto Brito, empreendedor na comunidade do Tumbira, Baixo Rio Negro, Região Metropolitana de Manaus

| 92 |

Ele completa: "Hoje, com o turismo, Manaus faz parte do nosso cotidiano, desde o traslado de visitantes até a compra de insumos para a cozinha da pousada".

Nessa nova dinâmica, devido à internet, os jovens locais têm maior envolvimento com pessoas da capital, e mais oportunidades de estudo e experiências de vida, muitas vezes replicando conhecimento de volta na comunidade. Entre os exemplos, Geovane Garrido, filho do empreendedor, cursa faculdade de gestão ambiental, ajuda no monitoramento da fauna e flora pelo órgão ambiental do estado e contribui com trabalhos científicos de pesquisadores na área da reserva. Na atividade, já conheceu a Alemanha e a Guatemala, sinal das chances que se apresentam aos moradores da comunidade com a floresta em pé.

"Com o turismo, que depende da natureza conservada, tenho o desafio de ser uma referência para que muitos pensem igual", pondera o empreendedor. Além das trilhas, banho de rio, cachoeira e focagem de jacaré, há também atrativos culturais, como causos e lendas da Amazônia contadas por quem vive lá. "Quando dormia na mata para derrubar árvores e retirar madeira, me arrepiava de medo com o assobio

do curupira", revela Brito. "Era uma espécie de grito da natureza, como um'ai' de dor pela agressão — e o castigo poderia ser implacável", explica. Hoje, sem a ação das motosserras, a floresta bem conservada e suas energias ocultas recebem com paz os forasteiros. E o "sopro" do curupira tornou-se um ativo do turismo. Na mesa de cabeceira de um quarto da pousada gerida pelo ex-madeireiro, o livro *Poranduba Amazonense*, do autor João Barbosa Rodrigues, sobre lendas mitológicas da região, ilustra o valor dessas histórias.

#### FLORESTA EMPODERADA

Os poderes de entidades da floresta estão presentes no imaginário de quem vive na zona rural do município de Manaus, com um toque de modernidade. Que o diga Izolena Garrido, um misto de professora, artesã, empreendedora, liderança comunitária, mulher e mãe, que desde cedo, aos 12 anos, teve a oportunidade de trilhar uma vida independente ao sair da comunidade do Tumbira para estudar em Novo Airão, na Região Metropolitana. Em 1997, ela voltou para o povoado ribeirinho



como professora: "Remava 45 minutos no rio cheio para chegar na escola. No período seco do ano, caminhava uma hora e meia".

Na trilha da educação, despontar como liderança da organização social após a comunidade ter sido oficialmente reconhecida no ano 2000 – e finalmente entrado para o mapa – foi um pulo natural. Na época, o cenário de restrições de uso da floresta e de aperto da fiscalização pelo Ibama na Área de Proteção Ambiental induzia conflitos como um barril de pólvora. "Como viver em local onde não se podia fazer roçado, caçar ou cortar um graveto sob o risco de ser expulso da área ou até preso por crime ambiental?", questiona Garrido, então única liderança feminina na região. A atividade madeireira, principal meio de sustento, sofreu um baque. "Sem renda, a fome passou a ser uma ameaça real, e as famílias viam a sala de aula não como espaço de aprendizagem, mas de acesso à merenda e segurança alimentar", conta.

Ela tomou coragem e escreveu ao governador, pedindo uma solução, porque os conflitos se intensificavam após um histórico episódio de apreensão de madeira ilegal, com a prisão de extrativistas, em 2008. A situação só começou a mudar com a transformação da área em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e a chegada do Programa Bolsa Floresta, criado pelo governo do Amazonas para recompensar financeiramente, com melhorias socioambientais, quem mora em unidades de conservação e as protege. A iniciativa permitiu menor impacto no uso da floresta e demandou novos avanços da educação e acesso aos órgãos públicos e instituições da metrópole para ações na comunidade.

"Dessa forma, começou uma nova relação entre Manaus e quem vive em áreas de



conservação, onde jovens passaram a ter escola de Ensino Médio, além de cursos técnicos para obter renda e um futuro melhor na própria comunidade, na capital ou qualquer parte do mundo", observa Garrido. "Deixamos de lado a vergonha de ser filhos e filhas de pescador, diferente dos meus tempos de juventude, quando muitos colegas ficavam para trás".

A internet e o acesso à informação reduziram as distâncias, não apenas geográfica em relação à metrópole. A filha Helena aprendeu a tocar violão em cursos *online*; a outra, Vitória, aprofundou a técnica de desenho e caricatura; e – por fim – a terceira, Maria Eduarda, utilizou *wifi* para se tornar manicure. Com a pandemia, muita coisa mudou na forma de pensar das comunidades ribeirinhas, mas Garrido pergunta, com dúvidas: "A capital está preparada para um novo momento?"

Com orgulho, a artesã exibe o colar de fibra de tucumã e semente de açaí, destaque do portfólio como designer de ecobijuterias, com venda pela internet para entrega na metrópole. "É um meio de obter o sustento e devolver ganhos para a natureza, respeitando o tempo dela", enfatiza a professora-artesã. Com um diferencial: a abertura do atelier para que outras mulheres da comunidade descubram o talento, com inspiração nos materiais da floresta mantida em pé. E também nos desenhos de cerâmicas feitas por índios primitivos e que afloram na beira dos rios e dos roçados. Além da rotina em sala de aula, Garrido se dedica à valorização social de professores e professoras em projeto baseado no resgate de saberes tradicionais e no empreendedorismo para uma bioeconomia, criando alternativa de renda e multiplicando o conceito nas escolas.

A pandemia teve o lado positivo como sinal de esperança para uma maior valorização das pessoas, porque não adianta ter o que ostentar se não tiver oxigênio para viver. Há esperança de maior abertura para a floresta, enxergando o verde como oportunidade, não apenas objeto a ser derrubado e cortado

Izolena Garrido, professora, artesã e liderança social na comunidade do Tumbira, na Região Metropolitana

# QUEM FICOU NA FLORESTA

As histórias de vida, os sonhos e as realidades dos diferentes territórios marcam a dinâmica entre a metrópole e a "Amazônia profunda"

Maickson, vindo de Vila de Boim, Rio Tapajós, Pará. Macaulay, criado em Borba, Rio Madeira, Amazonas. Henrique, filho da comunidade São Raimundo, Rio Juruá, no mesmo estado. Três pessoas, três histórias de vida e uma origem comum: a floresta. Porém, com destinos diferentes. Os dois primeiros, como muitos jovens dos povoados ribeirinhos, migraram para a metrópole em busca de oportunidades e um futuro mais próspero do que a terra natal, distante dos centros econômicos e do poder, tem a oferecer. O terceiro faz um movimento no sentido contrário ao ver na longínqua floresta um grande campo de trabalho para manter vivas as tradições que historicamente marcam a peculiar região em que vive – e desenvolvem a economia e a renda sem o glamour, o agito e os problemas de uma grande cidade. Três nomes, três testemunhos, três personagens atuais de uma velha história, tão antiga quanto a saga do convívio homem-floresta que mobilizou populações ancestrais no período pré-colonial e hoje influencia as dinâmicas urbanas na Amazônia.

Maickson Serrão, 30 anos, professor e jornalista, encontrou em Manaus, aonde chegou em 2016, fonte fértil de possibilidades para seguir um caminho diferente do que costuma se abrir para os jovens da Vila de Boim, margem esquerda do Rio Tapajós, na região de Santarém (PA). Não foi uma mudança simples. Acolhido de início no bairro da Compensa, periferia da cidade e reduto do tráfico de drogas, conheceu de perto a realidade da violência urbana. Na escola, como docente em início de carreira, precisava de habilidade pedagógica e, também, atenção ao lidar com o cenário do crime organizado.

"Em uma cidade de contrastes imensos, ocupações irregulares estão muito próximas de espaços planejados e com serviço de tratamento de esgoto", observa Serrão ao lembrar que, em Manaus, pela primeira vez conheceu o tão falado "rip rap", onde as residências são construídas sobre córregos poluídos, com esgoto a céu aberto. No entanto, foi trabalhando em projetos de educação em uma ONG que ele entendeu a dimensão das faces urbanas e rurais do município, inclusive no entorno de floresta que o fazia de certa forma se lembrar da terra natal.



"Quando saí do vilarejo ribeirinho em que morava, minha expectativa era ganhar o mundo, mas um dia voltar para lá. De início, quando cheguei, em 2016, a metrópole me causou medo, porque estava sozinho e era tudo novo, mas aos poucos fui desbravando e me encantando. Nela, alcancei muitos voos na vida. Primeiro, como professor da rede pública estadual; depois, por integrar coletivos de jovens, como o Global Shapers, e pela conquista do diploma de jornalista. E agora submergi no mundo dos podcasts como contador de histórias sobre a Amazônia e sua floresta. povos, lendas e tradições. Espero que Manaus aprenda com os erros do passado e seja uma cidade com mais qualidade de vida; que dialogue com o verde, a sustentabilidade, a garantia dos direitos básicos dos cidadãos"

Maickson Serrão, professor, jornalista e produtor do podcast Pavulagem

| 98 |

Em meio à vida urbana, Serrão se voltou mais detidamente ao mundo da floresta impresso em sua genética quando realizou o sonho de cursar Jornalismo, um desejo da infância, e conheceu o universo do podscast – a nova paixão do jovem ribeirinho. Com um diferencial: o foco nos temas da cultura e da natureza amazônicas, abordagem que o colocou no pódio do Sound Up Brasil, concorrido programa do Spotify para garimpagem de projetos de produtores de conteúdo que buscassem surfar na podosfera. Como uma das criações vencedoras da seleção, o podcast narrativo *Pavulagem — Contos da Floresta* recebeu apoio para construção e será lançado em 2022 pela plataforma.

Em doze episódios, o conteúdo aborda personagens e entidades do folclore amazônico, como, por exemplo, o Taú: um pássaro que come gente. No podcast, as lendas que fizeram parte da diversão na infância de Serrão são contadas por ribeirinhos e indígenas. Ele explica: "Cresci ouvindo essas histórias. Como venho de uma comunidade ribeirinha, a energia elétrica era precária, e, ao invés de assistir à novela ou jornal na TV, a gente ouvia histórias na casa da tia Maurícia. Era uma das coisas que eu mais gostava, porque elas traziam algum ensinamento e mostravam o quanto a floresta é sagrada para a gente. Mostravam que precisamos obedecer a certos princípios, valores e tradições. Caso contrário, acontece algum castigo, alguma punição. Aquilo era muito mágico para mim, muito presente no dia a dia".

Na visão de Serrão, Manaus precisa dialogar com a população de comunidades tradicionais e com os indígenas, investir em pesquisas, fomentar a ciência e tecnologia e enxergar a floresta como um ativo que vai impulsionar a cidade.

"Quando viemos de uma ligação muito forte com a floresta, junto ao senso de comunidade temos uma noção harmoniosa sobre a vida, uma abertura de pensar em sustentabilidade, em preservação. Na comunidade, a natureza está muito próxima. Ao ir para a cidade, mantemos isso muito vivo e percebemos o quanto essa realidade é distante para quem já nasce no contexto urbano, em local que gera muito resíduo e que não cuida dele", afirma o professor.

"Manaus precisa retratar o contexto amazônico em sua própria aparência, na economia mais voltada para a região e na forma como se apresenta para o mundo", recomenda Ademar Cruz, coordenador de relações institucionais da Fundação Amazônia Sustentável, com longa experiência na chamada "Amazônia profunda" e suas relações com a metrópole.

Segundo ele, na região da Reserva Extrativista do Rio Gregório, distante uma semana de barco ou mais da capital, levas de jovens deixam as comunidades porque

# "Precisamos de uma Manaus amazônida e não paulista"

Ademar Cruz, Fundação Amazônia Sustentável

não há Ensino Médio. O único futuro é o trabalho pesado na roça. As casas não têm banheiro e água potável, e a energia só dura seis horas por dia. A internet é rara e precária: só existem dois pontos de *wifi* nas 20 comunidades locais.

Ao mesmo tempo, a maioria dos que vivem nessas áreas de reserva ambiental reconhecem a importância da conservação dos recursos naturais. Devido a isso, dependendo das ações e políticas existentes, as comunidades podem desempenhar papel estratégico como guardiãs da floresta em pé. A fuga para a cidade significaria riscos de desmatamento com a chegada de forasteiros, o que, nas áreas fora das unidades de conservação, constitui ameaça ainda maior.

"O interior olha para a metrópole como terra do 'doutor', dono do dinheiro, do conhecimento e do poder. Lugar de oportunidades de emprego para sair da dureza na floresta, além da qualidade em serviços como na saúde e educação, mas não se enxerga o sofrimento com enchentes, falta de moradia, violência e outros problemas urbanos", analisa Cruz. Segundo ele, um terço da criminalidade está associada ao êxodo do interior.

No sentido inverso, continua ele, Manaus olha para o território fora de seus muros como lugar de atraso, sem qualificação, embora uma parte veja a floresta como área a ser explorada devido à fartura de recursos naturais. Na visão de Cruz, as falas estão cheias de contradições, estigmas e preconceitos, fruto da falta de conhecimento: "Para jovens que fazem concurso público após a graduação, trabalhar no interior costuma ser uma penalização que diminui a patente". De acordo com ele, a mudança do cenário exige interiorizar políticas públicas e investimentos hoje centrados na capital. "Falta uma política ambiental com recursos compatíveis à altura do Amazonas".

# LICÕES NA AGRICULTURA FAMILIAR

Da pequena Borba, às margens do Rio Madeira, onde foi criado no cotidiano da agricultura familiar, transpor a distância geográfica e cultural para viver na capital foi trampolim para o atual trânsito em fóruns internacionais, na trajetória do empreendedorismo de impacto – aquele em que os negócios, baseados em propósitos, contribuem para aumentar a escala de efeitos ambientais, sociais e econômicos positivos. No caso de Macaulay Abreu, hoje à frente da *startup* Onisafra, estava em jogo o projeto de resgatar a história de vida com origem na floresta e levar soluções para uma maior aproximação entre os pequenos produtores de alimentos e os consumidores, com ganhos na renda e na segurança alimentar para o convívio em harmonia com o meio ambiente.

O primeiro pulo ocorreu quando adolescente, com a mudança para estudar no colégio agrícola da capital e seguir os passos do pai, aplicando o conhecimento na comunidade. "Manaus se apresentava como uma ilha de calor cercada por natureza,

que não ajudava na qualidade de vida", conta Abreu. O estresse urbano na periferia da Zona Leste assustou, mas não atrapalhou os planos até a formação acadêmica em Agronomia, na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) – primeiro, com foco na botânica e solos; depois, na inclusão produtiva de pequenos agricultores.

Os questionamentos sobre o papel da ciência e a inquietude por autonomia nas ideias eram recorrentes, até que ouviu pela primeira vez o termo *startup*, em evento sobre empreendedorismo no qual conheceu o atual sócio.

Foi a virada de chave. "Sabia o significado de inovação, mas o conceito de impacto socioambiental era uma novidade", revela o agrônomo, à época já de olho nos potenciais das tecnologias digitais. A inspiração para levar soluções ao meio rural veio após o desabafo de um amigo que produzia banana em Rio Preto da Eva (AM), Região Metropolitana, e não estava satisfeito com os preços pagos por intermediários. Assim nasceu a Onisafra, propondo mediar a relação entre produtores e consumidores por meio de uma plataforma digital de comércio para a venda e a entrega da alimentos na porta dos manauaras.

Hoje, são oferecidas 20 linhas de produtos regionais e nacionais. "Evoluímos ao longo do tempo em questões como a rastreabilidade de alimentos e passamos a abranger também a demanda empresarial e institucional, contribuindo com a profissionalização de cadeias produtivas, inclusão digital e organização social de produtores", ressalta Abreu.

O atual momento do negócio é reflexo, também, das vivências e percepções do empreendedor sobre a relação entre floresta e cidade. "A capital não tem a dimensão real sobre o interior, e há dificuldade de compreensão sobre a origem dos alimentos e preços; muitos acham que são produzidos na cidade", diz. O maior entendimento sobre o valor da floresta depende, segundo Abreu, do nível de acesso à informação em cenário de polarização do tema "Amazônia" na internet.

Na metrópole, os quintais florestais das residências mantêm, de certa forma, uma conexão mínima com o interior, "mas há preconceitos nas entrelinhas das conversas, e tinha vergonha dos olhares atravessados após mudar para a cidade", conta o empreendedor.

Ele lembra que, na periferia da capital, o padrão de vida é diferente do que se tinha na floresta, e vai além: "Como amazônidas, achamos que a região é especial, mas há desafios sociais por trás dos números sobre a floresta em pé. Assim como o mundo olha para o Brasil, o Brasil olha para Manaus, que, por sua vez, olha para a Amazônia como grande potencial, mas fica nisso. Temos noção do que temos em mãos, mas não sabemos usar porque falta informação, e as políticas públicas vêm de cima para baixo. A economia deve crescer utilizando recursos da floresta de forma consolidada para que a sociedade entenda o caminho. Hoje, não temos essas referências para uma relação diferente entre cidade e floresta".

"É necessário gerar valor ao produto da agricultura familiar para que meu negócio exista. Não fazemos nada surreal, de outro mundo. Devemos tornar essa relação o normal. Quem pensa em inovação normalmente acha que tecnologia está longe da floresta, mas está mais próxima do que imaginamos. Temos o desafio da bioeconomia digital, sabendo-se que há diferentes culturas e modelos mentais. É preciso jogar outro game: entender e respeitar o tempo da Amazônia"

Macaulay Abreu, empreendedor e fundador da Onisafra





"Nossa realidade é bem diferente de Manaus, porque lá os jovens normalmente não estão engajados em movimentos sociais para melhores condições de vida como aqui. É claro que há exceções, com coletivos urbanos operantes, mas no geral falta uma maior visão sobre a desigualdade. Nossa responsabilidade aqui é outra, não apenas se formar na faculdade e ganhar dinheiro. Isso é importante como direito de todos"

Henrique Cunha, coordenador de educação ambiental na comunidade São Raimundo, Carauari (AM)

#### ELE FICA NA FLORESTA PARA CONTINUAR A LUTA DOS AVÓS

O mundo de Henrique Cunha, 23 anos, é a floresta. Mais especificamente, aquela da distante Carauari (AM), no médio Juruá. Em uma das curvas desse que é o rio mais sinuoso do planeta, a comunidade São Raimundo se destaca como celeiro de lideranças sociais – herança da lendária luta dos seringueiros por condições justas de trabalho e autonomia nos territórios sob o jugo dos "patrões". O legado hoje se traduz no propósito dos mais jovens de manter a história viva como guardiões do futuro da floresta de onde se retira o sustento.

Na região, Cunha mobiliza ações de educação ambiental e trabalha no time que faz a vigilância dos lagos e a contagem do pirarucu para o manejo sustentável da espécie, importante fonte de renda. "Junto ao pescado, várias outras espécies da biodiversidade acabam protegidas, como os quelônios", explica a liderança, também dedicada ao plano de fazer um curso técnico ou a universidade, para evoluir na gestão comunitária.

A organização da pesca, com acesso a mercados e preços favoráveis, se reflete na melhor qualidade de vida – desafio que tem atraído diversos projetos e parcerias institucionais para a região. A tradição de associações e cooperativas fortes é uma vantagem vital nesse processo, viabilizando um acesso mais fácil ao "chão" das comunidades na floresta, para a aquisição de insumos da biodiversidade por indústrias. "Queremos replicar, trocar experiências e expandir esse conhecimento nas redes sociais para ter vez no mundo", afirma Cunha.

Ele lembra a primeira vez que foi a Manaus, em 2016, para tratamento de saúde, porque o município onde vive não tinha a segurança de médicos ou materiais suficientes. São cerca de sete dias de viagem de barco, quando não se tem dinheiro para pagar caro por uma passagem de avião. "De início, na capital, a impressão não foi o tamanho da cidade, mas o estilo de vida, a correria do consumo nas compras, um mundo de liberdade limitada em que as pessoas não confiam umas nas outras. É uma realidade bem diferente."

Na comunidade São Raimundo, o conhecimento é transmitido de pai para filho. Lá, o ribeirinho Manuel Reis da Cunha, avô do agente ambiental, já avisa sobre a mudança do clima, agora mais quente, influenciando a rotina de trabalho no roçado. "Está cada vez mais difícil diferenciar o verão do inverno", constata o neto, também monitor do Instituto Ipê na região.

"No Juruá, crescemos com foco no pensamento como liderança, e a grande cidade não têm essa visão", compara Cunha. Segundo ele, há muita coisa que acontece na floresta e que o pessoal de Manaus não tem o mínimo conhecimento, sendo necessário maior nível de diálogo para unir os dois lados. "Seria importante falarmos a mesma língua, termos maior aproximação para ampliar o trabalho da conservação ambiental, bem como os recursos, hoje centralizados na metrópole", sugere. Ele conclui: "Manaus poderia contribuir mais para manter a floresta, porque todos dependemos dela, inclusive quem vive nas cidades".



44

Muitos levantam a lança e o chocalho de guerra das pautas ambientais, mas é preciso ir além do exotismo indígena e considerar o lado urbano. Para a grande massa do povo, ser amazônida urbano provoca estranheza diante da visão turística de uma Amazônia pintada, bordada e reciclada, vendida apenas como floresta e belezas naturais. Essa visão exacerbada da natureza repele a galera aqui. Por isso se diz que vivemos de costa para o rio. Na verdade, Manaus não é uma cidade 'da floresta', mas 'na floresta'

> Jander Manauara, rapper, articulador sociocultural e agente de transformação social



| 108 |

# BARULHO COLETIVO VOZES RESISTENTES

A força dos coletivos urbanos no cenário de valorização cultural, social e ambiental diante da retomada de autoestima e perspectivas com os aprendizados da covid-19

Há 20 anos atuante na cena hip hop amazonense, Jander Manauara carrega a origem no nome – e, também, na poesia, nas mensagens das composições e falas que ganham eco nas redes de coletivos urbanos. Um clamor de identidade cultural sufocado pelas injustiças e desigualdades sociais, mas real, resistente e cada vez menos invisível na metrópole com 2,2 milhões de habitantes. "Cuidamos do que temos pertencimento, e a somatória de espaços e produtos culturais que envolvem a Amazônia precisa ter conexão com a realidade urbana, não somente com o lado exótico e romântico da floresta e seus povos originários. Quando esse lado urbano fica de fora, a massa da população passa a não querer ouvir, não se sente incluída no debate", afirma Jander.

São as vozes da invisibilidade ou "os fantasmas amazônicos", como diz o rapper. Ele lembra que a Amazônia é mais urbana do que rural; é nos grandes centros onde estão os coletivos, as pessoas conectadas em rede, e a maioria dos espaços buscados pelos próprios indígenas para obter auxílio, resolver problemas e fazer valer os seus direitos. "Quanto mais o restante do País deixar de lado essa questão, pior será para a floresta", aponta.

Segundo ele, há desafios na luta por reconhecimento da cultura urbana: "Nas mãos dos grupos políticos que se reservam no poder, Manaus é uma cidade muito segregadora, fechada em condomínios ou em guetos nas periferias". Na visão de Jander, a questão vem desde as ideias dos antigos exploradores, pelas quais "o branco tem o valor de patrão, o negro tem o valor de escravo e o indígena não tem valor de nada".

Contudo, há horizontes positivos de acordo com o artista, descendente direto da etnia Kambeba, na fronteira com o Peru. Para além de uma grande massa em sentido contrário, influenciada por narrativas de fora para dentro da região, existe uma nova geração que já lida ou vai lidar com inteligência artificial. "É uma molecada de base, super conectada em rede, aguerrida no ativismo, com alta velocidade de informação", enfatiza.

Com três álbuns autoriais já lançados, além do reconhecimento pelo Prêmio Funarte de Hip Hop 2014, Jander liderou projetos de produção cultural, como Hip Hop a Parada Final e A Batalha do Conhecimento, promovidos pela Manauscult. E já assinou a produção artística da Virada Sustentável Manaus e da Feira da FAS. "Apesar das barreiras, há focos de mudança nessa interface com a floresta, no samba, dança, teatro e audiovisual", avalia o rapper, hoje integrante da Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia. As guitarradas do "beiradão", nas comunidades à beira dos rios, ocupam espaços na urbanidade. "Quando ouvimos o poeta Celdo Braga, por exemplo, parece que ouvimos uma entidade da floresta, não um cidadão de Manaus", ilustra.

## NO COMPASSO DA INOVAÇÃO

Referências amazônicas se incorporam, também, no campo dos ecossistemas de empreendedorismo. Na comunidade de *startups* Jaraqui Valley, em Manaus, a alusão ao famoso peixe da região e ao Silicon Valley, na Califórnia (EUA), dá o tom para iniciativas de apoio a incubadoras de empresas, aceleradoras de negócios nascentes e consultorias que orbitam no universo da inovação. São agentes que interagem em determinado meio, com resultados que podem retroalimentar coletivamente a cadeia, como uma engrenagem para multiplicar ideias e empreendimentos como o Navegam – uma espécie de Uber fluvial para o transporte de carga e passageiros nos barcos amazônicos.

O despontar dos chamados *millenials* — a geração Y, nascida na virada deste século e que hoje está no comando de projetos e negócios inovadores — está no cerne de um novo convívio entre metrópole e floresta. "Não é que Manaus não olhe para a floresta ou não dê importância para ela; é que os outros problemas são tão maiores que o desmatamento não lhes afeta", destaca Geyce Ferreira, curadora do Global Shapers na capital. O movimento nasceu globalmente como iniciativa do Fórum Econômico Mundial, em 2011, formando uma rede de *hubs* liderados por jovens entre 20 e 30 anos de idade. "Trabalhamos o pertencimento junto a causas e a geração de impactos positivos para a sociedade", informa a liderança.

Maranhense estabelecida em Manaus, Ferreira conta que o bairro onde vive – Zumbi dos Palmares, na Zona Leste – retrata a negação manauara para a própria identidade. "Muitos não se veem como pessoas que tomam decisões agora para o

que virá amanhã", aponta. Ao mesmo tempo, segundo ela, "a juventude está cansada de burocracia e tem a ferramenta digital como forma de pressão".

A jovem liderança trabalhou por onze anos no Distrito Industrial e alerta que as empresas precisam defender a floresta em pé como mais valiosa do que a derrubada, indo além do *business*. "É estúpido precisar desmatar para continuar lucrando", afirma Ferreira, fazendo eco às vozes das novas gerações que representa. "É mais fácil a virada começar logo cedo na escola."

Ela coordena atividades junto a jovens da periferia sobre o conceito de impacto positivo e a mudança de realidade para, ao final, desenharem projetos de negócios. "São lições que não aprenderão na universidade", ressalta Ferreira, lembrando que "a mudança não virá de um fato, mas de uma geração". A iniciativa Amazônia Reset, promovida pelo Global Shapers, traz pensadores de várias áreas para debater localmente temas globais, como as cidades do futuro. No Monte das Oliveiras, comunidade de baixa renda em Manaus, o movimento apoiou a construção e instalação de uma sala multimídia para empoderar meninos e meninas a buscar novas parcerias visando ações transformadoras.

O escritor e empreendedor social Rojefferson Moraes, à frente do coletivo de voluntários Soul do Monte, se dedica a projetos culturais e sociais junto a jovens locais e suas famílias, no afã de dar visibilidade e colocar o bairro no mapa da cidade – e da cidadania. "Quem não é visto não é lembrado", diz a liderança, reforçando a mensagem: "Onde não existe arte, a violência vira espetáculo".

Pós-graduado em Urbanismo Social, Moraes mobiliza espaços da periferia como centros de cultura, expandindo saraus e fanzines, além de atividades como oficinas de capoeira e ginástica coletiva no Galpão do Bem. No curso Se Esse Patrimônio Fosse Meu, no Monte das Oliveiras, a ideia tem sido discutir os temas da territorialidade e pertencimento, em parceria com instituições. Entre outras iniciativas, foram mapeadas vinte famílias para o cultivo de quintais agroecológicos, como oportunidade de renda e de acesso a plantas medicinais, nesse bairro da Zona Norte em que a antiga floresta pouco a pouco cedeu lugar às ocupações irregulares e à desigualdade social.

"Se não buscarmos possíveis saídas, ninguém o fará", enfatiza Moraes, referindo-se ao trabalho contra a poluição dos igarapés por meio do projeto que faz a coleta de lixo porta a porta com um triciclo no Monte das Oliveiras, na Bacia Hidrográfica do Tarumã-Açu. Parodiando o famoso verso da banda Titãs, "a gente não quer só comida", ilustra a liderança na busca de espaços para envolvimento dos moradores em ações positivas, mais estruturantes do que assistencialistas.

Diante das questões sociais, o debate sobre a relação com a floresta exige descer da torre de marfim e pisar na base das comunidades – na cidade ou fora dela. Temas contemporâneos, como o potencial da bioeconomia, exigem que academia, empresas



Lideranças femininas como Samela Sataré-Mawé, estudante de Biologia à frente da associação de mulheres indígenas criada pela avó em 1992, percebem que precisam se juntar para lutar. A virada virá pela persistência do ativismo, por uma sequência de situações — coisa de uma geração e não de um fato específico

Geyce Ferreira, curadora do Global Shapers em Manaus

| 112 |

e instituições públicas e da sociedade civil saiam do Olimpo como donas do saber ou dinheiro e olhem para a múltipla realidade amazônica, muito além da fauna e flora.

As redes locais de conhecimento, incluindo associações de base comunitária, escolas, coletivos e ONGs, são estratégicas nesta ponte. "A mudança ocorrerá pelo viés da educação", reforça Eliane Soares, coordenadora de programas da Casa do Rio, ONG com trabalho socioambiental em comunidades tradicionais no município de Careiro, Região Metropolitana de Manaus – ponto inicial da BR-319, inaugurada em 1976 com 885 km de extensão no meio da floresta, única ligação por terra entre a capital e o restante do País. À margem da rodovia, o município e o entorno assistem não somente ao difícil trânsito de caminhões e veículos off-road no barro e lama, como também à polêmica em torno da anunciada obra de pavimentação e as pressões crescentes de desmatamento.

De acordo com o Idesam, a área de influência da BR-319 registrou recordes de desmatamento e focos de calor em 2021, e o processo de licenciamento do chamado "Trecho do Meio" tem sido acompanhado pelo Ministério Público e organizações da sociedade civil atentos aos riscos ambientais. "O desafio não é só melhorar a estrada, mas todo um contexto social e econômico. A população vê benefícios com a pavimentação, mas a obra não pode acontecer de qualquer forma, como antes", afirma Soares, para quem a educação é essencial nessa nova visão que considera critérios para além do escoamento da economia da capital. Novos modelos de escola trabalhados pela Casa do Rio na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó-Açu, baseados nas práticas de agroecologia, por exemplo, são referências no desafio da segurança alimentar.

#### MANAUS, RETRATO DAS DESIGUALDADES

"É necessário dar visibilidade ao apagão de como a Amazônia foi construída e como se vive e se habita a região", reflete Leonildes Nazar, coordenadora da iniciativa Amazônia Legal Urbana, desenvolvida pelo Instituto Clima e Sociedade (ICS) no propósito de mapear as desigualdades sociais das cidades, no contexto da mudança climática. "Em um dos biomas mais complexos do mundo, a dimensão urbana é desafiadora", pondera a pesquisadora. Ela propõe investigar como se dá a domesticação desses espaços pela "retirada de floresta com a lógica da modernidade, não edificada no planejamento, mas no abandono do meio ambiente, sinônimo de atraso".

Na Amazônia, a relação cidade-floresta embute processos migratórios entre capital e interior, hábitos culturais e demanda de políticas públicas. "Essas devem dar espaço à complexidade do que é ser amazônida e à floresta como parte indissociável do território", sugere Nazar. "Não dá para importar modelos universais de mobilidade urbana e outros sistemas de serviços para uma região como a Amazônia".

Como zelar pela Amazônia, que o mundo tanto se preocupa, sem cuidar do próprio quintal? As pessoas não se dão conta de estarem na maior floreta tropical do planeta e há necessidade de olhar para soluções, além dos problemas e estigmas

Rojefferson Moraes, empreendedor social do Soul do Monte, no bairro Monte das Oliveiras

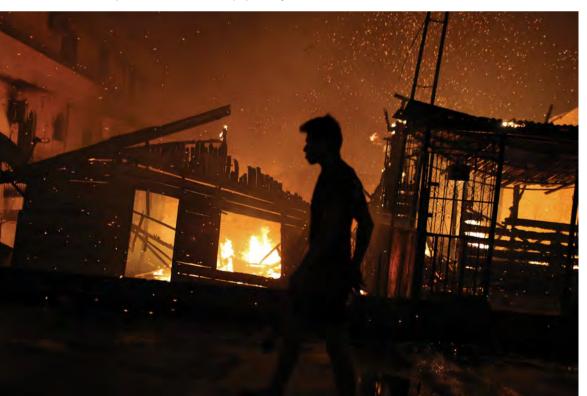


No projeto, o pesquisador Diosmar Filho, da Universidade Federal da Bahia, mergulhou nos indicadores socioeconômicos e demográficos do IBGE para Manaus, com ênfase temática no ordenamento territorial e nas relações etnorraciais e de gênero. A análise avaliou os dados na interface com o acordo climático de Paris e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da ONU, dimensionando o passivo de desigualdade. O estudo revela que mais de 80% da população manauara vive em área densamente povoada, grande parte com problemas sociais.

O processo é resultado do modelo econômico que concentrou o crescimento na capital amazonense. No total, são 50 áreas de baixa renda classificadas como "aglomerados subnormais" – em sua maioria, ocupações irregulares sem serviços públicos básicos, com milhares de domicílios que queimam ou enterram o lixo devido à inexistência de coleta. Mais de 42% usa água de poço ou nascente para abastecimento humano e, entre outras mazelas, como desastres de enchentes, essa população foi a mais atingida pelos impactos da pandemia de covid-19.

Quando se considera toda a extensão do município (11,4 mil km²), a densidade populacional cai de 2.035 para 158 habitantes por km² — o que demonstra a alta concentração urbana e uma grande área rural de floresta ainda não ocupada. "As áreas verdes protegidas não foram criadas para prejudicar as pessoas e, atualmente, há o desafio de conciliá-las com a qualidade de vida em Manaus, resolvendo





tanto o problema da alta densidade urbana como a conservação ambiental", afirma Diosmar. Ele alerta que a questão não está sinalizada no âmbito das revisões do plano diretor, no sentido de reduzir a concentração populacional sem avançar na floresta. "É necessário um grande programa de moradias que resolva o problema estrutural das desigualdades", reforça.

"Como discutir o potencial da floresta, inclusive no desafio climático, em uma realidade social como essa?", questiona o pesquisador, cuja análise fez um recorte no bairro Cidade de Deus e suas palafitas, colado a área verde que limita a expansão urbana. "É urgente um planejamento para reverter o quadro sem que populações mais vulneráveis continuem colocadas como devastadoras de floresta".

Segundo o estudo, a invisibilidade e a desagregação das informações do perfil populacional prejudicam a elaboração de políticas públicas que objetivem o enfrentamento à emergência climática. Na zona urbana da capital amazonense, 77% da população acima de 10 anos recebe entre 1/8 e um salário mínimo, principalmente indígenas e negros. Entre os que se declaram brancos, 68% vive com um a dois salários mínimos – reflexo da realidade brasileira, que, na Amazônia, ganha outros matizes. "Só avançaremos no debate sobre a relação cidade-floresta se a desigualdade for de fato colocada na agenda", ressalta Diosmar.

Em webinar sobre o projeto, Francimar Junior, articuladora do Movimento de Mulheres Negras da Floresta (Dandara), enfatiza que "Manaus é reflexo da história de ocupação da Amazonia e que a pauta da desigualdade chega agora ao momento mais cruel". A historiadora cita dados levantados pela pesquisadora Norma Bentes, de que um terço dos domicílios manauaras estão em favelas e outros aglomerados de baixa renda. "Não adianta dar um pedaço de chão se não tem todo um processo de estrutura para que aquelas famílias possam viver com dignidade", afirma Francimar Junior.

## INDÍGENAS DA METRÓPOLE

Na capital amazonense, a presença da população indígena, a maior do País em zona urbana, é crescente. Pelos dados da Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (Comipe), são cerca de 30 mil indivíduos de 47 povos que falam dezesseis línguas. Parte deles habita o Parque das Tribos, área que viveu um difícil histórico de ocupação até o reconhecimento pela prefeitura, em 2019, no bairro Tarumã-Açu, periferia da Zona Oeste.

Formada em Pedagogia, a liderança indígena Vanda Santos iniciou, há uma década, uma mobilização junto a 40 parentes sem abrigo em Manaus, a maioria em situação de vulnerabilidade social, visando a ocupação da área que hoje reúne a maior concentração indígena na capital, com 700 famílias de 36 etnias. Ela articulou com a prefeitura melhorias e acesso a políticas públicas, pois não havia água, luz, asfalto ou

Há vontade grande de se reconectar com o verde, mas falta harmonia entre as esferas de governo e os poderes nessa ajuda. É uma questão política e cultural, uma agenda sempre deixada de lado. Não agir agora em favor da natureza exigirá construir tudo de novo no futuro, com custo mais alto e outras dificuldades



Márcio Bentes, coordenador pedagógico da Secretaria de Educação do Amazonas

saneamento básico. Apesar dos avanços, muitos desses ganhos ainda estão por vir.

A pandemia de covid-19 representou um momento crucial na sobrevivência: em nova mobilização, máscaras contra o contágio produzidas pela mãe da liderança e outras mulheres da comunidade estampavam a frase "vidas indígenas importam". O movimento foi idealizado pela cantora Márcia Novo em apoio aos indígenas que vivem no meio urbano, em Manaus, sem os mesmos direitos que seus povos têm na floresta. Posteriormente, o Parque das Tribos recebeu a construção de uma maloca comunitária, útil às celebrações e também ao turismo, além da reforma de espaços públicos com obra de restauração ecológica, proteção de nascentes e criação de áreas de banho.

# A FORCA DA EDUCAÇÃO

Na Zona Norte, a área do Monte Horebe ilustra o grande desafio de reduzir as desigualdades sociais e conviver em harmonia com a floresta. Na referência bíblica, o nome se refere ao lugar em que os Dez Mandamentos foram dados a Moisés por Deus. Em Manaus, representa não só a influência evangélica, mas uma área que abriga uma das maiores ocupações irregulares da capital e já avançava sobre uma reserva florestal. Em 2020, o governo estadual obteve a reintegração de posse, com a retirada de mais de 2,2 mil famílias que passaram a receber auxílio-moradia até a área ser regularizada, com o projeto de uma escola de tempo integral. "A estratégia é integrar a agenda da educação ao desafio de diminuir a pressão sobre remanescentes florestais", revela Márcio Bentes, coordenador pedagógico da Secretaria de Educação do Amazonas (Seduc).

A estrutura da nova escola foi pensada para desenvolver habilidades cognitivas, físicas, emocionais, sociais e culturais, no total de mil alunos, com novos componentes curriculares associados ao meio ambiente e sustentabilidade. Na área, os moradores convivem com o ambiente do sauim-de-coleira, espécie em perigo de extinção, e também com os riscos sociais da criminalidade. "É preciso outro nível de protagonismo para essas áreas verdes, não mais um empecilho ao desenvolvimento da cidade, como é tradicional", ressalta Bentes, com experiência na gestão dos pargues do município no passado.

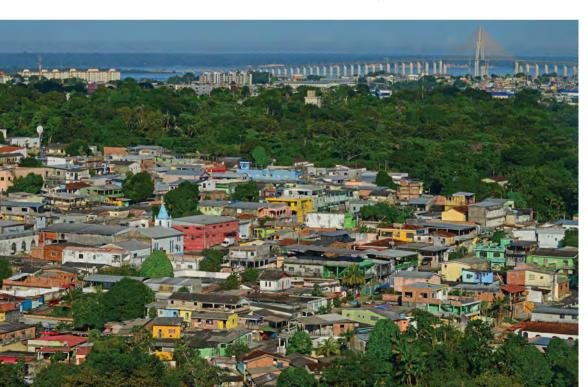
Segundo ele, existem centenas de áreas verdes já descaracterizadas pelo que chama de "querra fundiária". "O discurso de que precisamos devolver árvores para a cidade não é novo, mas há grandes ilhas de mata degradadas, e o município deve fomentar estratégias para melhorar o que restou", diz. Nesse sentido, completa Bentes, é essencial "unir qualidade ambiental e qualidade de vida, revitalizando áreas para uso público, com espírito de pertencimento".





Manaus se fez cidade de costas para a floresta, copiando modelos de desenvolvimento urbano de outros centros nacionais. Para virar cidade. negou a sua origem florestal e cabocla, símbolo de atraso. Baseou-se no alto uso dos recursos naturais como se fossem infinitos, sem preocupar-se com a sua renovação. O debate da economia verde tem mudado a perspectiva e faz despontar um novo significado da Amazônia para o mundo. No cenário, a educação tem potencial transformador

> Kátia Schweickardt, professora da Ufam e ex-secretária municipal de Educação



A questão, em sua análise, é difícil em Manaus. "O Plano Diretor, revisado em 2014, precisa de nova mudança considerando o aspecto da confusão fundiária da floresta na cidade, o que, de certa maneira, reflete o que acontece na Amazonia com a grilagem de terras associada ao desmatamento", pondera.

A busca por uma educação transformadora marcou recentemente a história de Manaus, destacando o município no cenário nacional e internacional diante da realidade desigual e concentradora. Entre 2015 e 2020, o modelo pedagógico que olha de forma integral para as condições de vida dos alunos, famílias e seus territórios foi reconhecido como referência pela Ashoca e outras organizações de peso na temática. A Educação Infantil, Fundamental e de Jovens e Adultos protagonizou um esforço de grande dimensão por mudanças no contexto social, com interface na relação com a floresta.

Em meio à Amazônia, Manaus reúne a terceira maior rede municipal de ensino do País, com guase 500 escolas e 242 mil alunos, a grande maioria em áreas de baixa renda. O cenário mescla as características da complexidade urbana aos desafios do meio rural, na floresta, pontilhada por comunidades ribeirinhas e indígenas que muitas vezes estão isoladas e dependem localmente de uma estrutura de educação para evitar o êxodo. Nas reservas ambientais, como as unidades de conservação no entorno urbano, a questão é ainda mais desafiadora, sabendo-se que essas famílias precisam aliar a qualidade de vida ao uso sustentável dos recursos naturais.

As longas distâncias por águas, barro ou lama para o acesso de estudantes e professores às escolas nessas áreas não impediram ao município uma pontuação de destaque no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Até 2020, antes da mudança para a atual gestão municipal, o combate à evasão escolar, entre outros fatores, permitiu praticamente universalizar a educação básica em Manaus, na faixa dos sete aos 14 anos de idade - embora o desafio permaneça latente para o público infantil.

"A boa nota dos indicadores é apenas o início da jornada, pois existe todo um contexto social, econômico e ambiental por trás dessa realidade", explica Kátia Schweickardt, professora da Ufam. Como ex-secretária municipal de Educação e, também, de Meio Ambiente, a agrônoma alia os aprendizados em ambos os campos nas atuais funções, no Terceiro Setor. "No centro do debate, avanços na educação podem expandir o tema e garantir não só melhor qualidade de vida, como cidadania ambiental", aponta.

No entender dela, a pauta ambiental ainda está restrita às classes média e alta. "Existe a necessidade de os mais pobres enxergarem além da própria sobrevivência, e a educação pública fala com essa população; é o braço do Estado que chega à população mais vulnerabilizada", completa Schweickardt. Além disso, ao agir na redução da desigualdade social, a educação é força motora da conservação ambiental.

Tinha vida confortável na Venezuela, com formação na área farmacêutica, mas fui obrigada a tentar uma melhor sorte no Brasil. Em Manaus, sem apoio no início, fui vendedora ambulante de água, cigarro e pirulito. Como mulher, sofria assédios. E decidi retornar ao meu país, após perder o chinelo e ter ferimentos nos pés pelo sol escaldante. Meu namorado ficou na capital amazonense, para onde voltei depois que ele arrumou um emprego formal. Ganhei um curso de coquetelaria e queria a área de gastronomia. Fui de garconete a gerente, mas o restaurante fechou na pandemia. Desempregada, me dediquei a ajudar outros venezuelanos em situação de rua para acesso à saúde e cestas básicas, e criei o projeto Irmãos Solidários Sem Fronteiras, oferecendo cursos de gastronomia que já alcançaram cerca de 450 famílias, em parceria com restaurantes da cidade. Com espanhol e inglês fluentes, as portas do turismo se abriram. Nisso, despontou a relação com a floresta, que tento colocar em novos pratos dos cardápios, inclusive valorizando as plantas alimentícias não convencionais (PANCs). Manaus é um lugar de mistério e muita diversidade

> Nohemi Morillo, empreendedora do Projeto Irmãos Solidários Sem Fronteiras



Inclusão social, na capital amazonense, requer respeito para com as diferenças. A diversidade está nas ruas, praças e salas de aula, a começar pela língua indígena ensinada em aldeias do entorno urbano. Há escolas públicas onde se fala crioulo e espanhol, devido ao contingente de refugiados haitianos e venezuelanos, em especial nos conglomerados de baixa renda. "Aqui pelo menos temos esperanças", diz Francisco Oviedo, engenheiro elétrico que deixou a Venezuela pela falta de oportunidades e agora sobrevive como motorista de aplicativo, mandando boa parte do que ganha para a mulher e os filhos, que ficaram no país natal.

Ele se junta a mais de 3 mil imigrantes venezuelanos acolhidos em Manaus, onde as misturas de sotaque são comuns no atendimento aos clientes em bares e restaurantes. Assim, atrativa aos que chegam para uma vida nova, a dinâmica manauara abre novos capítulos nesta década de reflexões sobre mudança climática, desigualdades sociais e paz.

Apesar dos desafios, cenas urbanas emitem luzes positivas. De um lado, na Escola Municipal Padre Puga, no bairro do Japiim, o professor de educação física Wanderlan Mota utiliza materiais esportivos com resíduos da floresta (cipós, borracha, etc.), despertando o tema entre as crianças. De outro, no poderoso polo industrial, há empresas que já olham para as várias faces da Amazônia, porque precisam fazer diferente – e aproveitar a bioeconomia como frente de desenvolvimento sustentável. Em Manaus, a maior capital da floresta mais biodiversa do planeta, lidar com a multiplicidade de origens, saberes e recursos da natureza no cotidiano é muitas vezes mais forte do que a negação sobre ela.

# **CENAS MANAUARAS**

Os olhares do fotojornalismo para as pessoas na relação entre cidade e floresta





















"O clique mais emblemático está sempre por vir com as novas histórias e as lições que tiramos no contato com os manauaras"

Bruno Kelly, fotógrafo

De São José dos Campos, a meca da indústria aeronáutica brasileira, o fotógrafo Bruno Kelly aterrissou em Manaus, em 2009, para nunca mais voltar. "Cheguei com os estereótipos típicos de fora, mas logo o trabalho de reportagem – com apoio de jornalistas, como Alaíze Farias e Jorge Dantas – me ajudou a quebrar rótulos e conhecer a realidade amazônica", conta. Após alguns anos de pautas jornalísticas no diário A Crítica, o momento seguinte foi de voo solo, como profissional independente, em veículos locais e agências de notícias nacionais e internacionais: "A experiência virou uma paixão pelo lugar e pelo povo".

O resultado está nas imagens do ensaio fotográfico destas páginas — vida, cores e formas de uma metrópole que retrata a Amazônia em toda a sua complexidade. "O País pode ser melhor e mais verdadeiro se encontrarmos nossas raízes, nossa ancestralidade", destaca Kelly, dedicado a documentar tanto o lado sórdido das queimadas e do desmatamento, como soluções de convivência com a floresta. "Na floresta, a produção extrativista traz aprendizados de novos valores, a sensação de felicidade e de escolhas para o que realmente importa".





# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEODATO, S.; VIANA, V. Retratos culturais do arco e flecha no Amazonas. Manaus: FAS, 2016.

DIAS, J. **Nota técnica do estudo de Manaus**. Amazônia Legal Urbana: Análises Socioespaciais de Mudanças Climáticas. Iyaleta. Disponível em: https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/4688/1/geea\_tomo10.pdf. Acesso em: 7 abr. 2021.

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **CiAdapta**. https://ciadapta.webnode.com. Acesso em: 7 abr. 2021.

GREGORIO, D. K. **Sobre as Águas da Amazônia: Habitação e cultura ribeirinha**. Trabalho Final de Graduação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, dez. 2019. Disponível em: https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/2019\_sobre\_as\_aguas\_da\_amazonia\_DanielleGregorio. pdf. Acesso em: 7 abr. 2021.

GRUPO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS AMAZÔNICOS. **Caderno de Debates**, v.10. Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2017. Disponível em: https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/4688/1/geea\_tomo10.pdf. Acesso em: 7 abr. 2021.

HOLLAND, M. (Org.). **Zona Franca de Manaus: Impactos, efetividade e oportunidades**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. Disponível em: https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/estudos\_fgv\_zonafranca\_manaus\_abril\_2019v2.pdf. Acesso em: 7 abr. 2021.

INSTITUTO ARAPYIAÚ. Retratos setoriais: Zona Franca de Manaus. **Uma Concertação pela Amazônia**. Disponível em: https://concertacaoamazonia.com.br/objetos/retratos-setoriais-zona-franca-de-manaus/. Acesso em: 7 abr. 2021.

NOGUEIRA, T. O Carnaval do IPI: PIM, levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima. Pensando Alto. **O Primeiro Portal**, 28 fev. 2002. Disponível em: https://oprimeiroportal.com.br/colunistas/28/02/2022/ocarnaval-do-ipi-pim-levanta-sacode-a-poeira-e-da-a-volta-por-cima-manaus/. Acesso em: 7 abr. 2021.

OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Manaus: transformações e permanências, do forte a metrópole regional. In: CASTRO, E. (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008. 59-98.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE. **Código Ambiental de Manaus**. Disponível em: https://semmas.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/minuta-do-novo-coigo-ambiental-de-manaus-2021.pdf. Acesso em: 7 abr. 2021.



#### FICHA TÉCNICA

Supervisão, redação e edição | Sérgio Adeodato

Produção executiva | Maickson Serrão

Fotografia | Bruno Kelly

Direção de arte | Walkyria Garotti

Revisão | José Julio do Espirito Santo

Impressão | Eskenazi

**Imagens adicionais |** Capa e páginas 10-11, 28-29, 37, 39, 50, 88, 91, 93 e 96: André Pessoa.

Página 2-3: Google Earth. Página 84: Divulgação.

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Adeodato, Sérgio.

A232m

Manaus de Frente para a Floresta / Sérgio Adeodato; fotógrafos Bruno Kelly, André Pessoa. – Manaus, AM: Ed. do Autor, 2022.

128 p.: foto.; 15,3 x 23 cm

Inclui bibliografia ISBN 978-65-5872-255-7

1. Manaus (AM) - Aspectos sociais. 2. Manaus (AM) - História.

3. Amazônia. I. Kelly, Bruno. II. Pessoa, André. III. Título.

CDD 981.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior - CRB6/2422

#### **AGRADECIMENTOS**

Quando o trabalho de um livro termina e olhamos com orgulho para o resultado, o principal sentimento que surge é a gratidão. Nada seria possível sem o fomento cultural da Manauscult, o apoio de familiares e amigos, e a confiança da equipe e das instituições parceiras que participaram desta jornada de propósito socioambiental.

Em especial, agradecemos a cada uma das fontes e personagens entrevistados para compor as várias faces dessa história: Ademar Cruz, André Luiz Parente, Bernardo Abinader, Augusto Leite, Carlos Augusto da Silva, Carlos Durigan, Carlos Koury, Celdo Braga, Celio Arago, Clauter Carvalho, Daniel Viegas, Denis Minev, Deyse Campista, Eduardo Neves, Diosmar Filho, Eliane Soares, Ennio Candotti, Érika Schloemp, Ezequias Oliveira, Fabiano Silva, Filippo Stampanoni, Flavia Furtado, Francimar Junior, Geyce Ferreira, Graziela Santos, Henrique Cunha, Henrique Pereira, Izolena Garrido, Jander Manauara, Joaquim Melo, Jadson Maciel, João Paulo Ribeiro, Kátia Schweickardt, Leonildes Nazar, Luciana Valente, Luiz Antonio Ferreira, Macaulay Abreu, Maickson Serrão, Márcio Bentes, Maurício Noronha, Neliton Marques, Neurilene Cruz, Nohemi Morillo, Otoni Mesquita, Pedro Paulo Cordeiro, Rita Mesquita, Roberto Brito, Rojefferson Moraes, Sávio Filgueiras, Sérgio Santos, Tailo Pontes, Tatiana Schor, Thiago Uehara, Tiago Jacaúna, Vania Thaumaturgo, Vanda Santos, Virgilio Viana.

APOIO











